

ambeev



Demonstrações Financeiras

2021





Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No ano de 2021 a consistente implementação da nossa estratégia nos levou a crescimento de receita líquida de 23,7%, porém o ano ainda foi marcado por um ambiente operacional muito desafiador nos nossos mercados, principalmente devido aos efeitos da pandemia trazida pela COVID-19 e suas consequências, tanto na economia, quanto nos hábitos de consumo, inclusive dos nossos produtos. É verdade também que, em determinados momentos do ano, a pandemia arrefeceu o ritmo de mobilidade da população e o comportamento dos consumidores voltaram em direção aos padrões pré-pandemia, o que nos traz boas perspectivas para o futuro. Por outro lado, vimos uma certa deterioração macroeconômica, principalmente no Brasil, com a inflação ao consumidor ultrapassando os 10% e a inflação a produtores ultrapassando 28%, segundo o IBGE, o que levou a pressão de custos e margens da indústria. Mesmo em um ambiente desafiador, este ano marcou uma etapa da jornada de transformação da companhia. Nossos times contribuíram para o ecossistema durante a pandemia através de produção de unidades de álcool em gel, transformação de uma cervejaria em usina de oxigênio hospitalar (foram 166 pessoas atendidas por dia, mais de 2.200 cilindros doados para hospitais e unidades de saúde de São Paulo e, 500 cilindros para o Amazonas), adaptação das caixas térmicas usadas pelos ambulantes no carnaval para o transporte de vacinas no Brasil e, doação de 1,4 milhão de litros de água para comunidades. E, mantivemos o *momentum* comercial que construímos na segunda metade de 2020, entregando a maioria das nossas ambições para o ano: atingimos o maior volume de vendas da história da companhia, alcançamos receita líquida 31,2% maior do que no período pré-pandemia e crescemos organicamente o EBITDA em 10,9% contra 2020 apesar das pressões de custo advindas da desvalorização do Real, do aumento de preço das commodities agrícolas e metálicas e das provisões para bônus.

No Brasil, o volume de vendas de cerveja cresceu 7,1% no ano, atingindo patamares históricos, inclusive batendo o recorde de volume de 2014 por mais de 8 milhões de hectolitros. Esta performance se deu graças à melhoria da saúde das nossas marcas, nossas inovações em cerveja, lideradas por Brahma Duplo Malt e nossas plataformas digitais que continuaram a crescer em ritmo acelerado. O portfólio *beyond beer* continuou a se fortalecer com a linha Beats, que continuou sua bem-sucedida parceria com a cantora Anitta.

Mais de 85% dos nossos clientes agora usam o BEES, nossa plataforma B2B (*Business-to-Business*) para realizarem pedidos. A digitalização do nosso *RTM (Route-to-market)* ocorreu de maneira acelerada em 2021 e trouxe benefícios para os clientes como flexibilidade, entrega programada e programa de recompensas, além de uma oferta mais ampla do nosso portfólio e de produtos de terceiros.

O Zé Delivery entregou 61 milhões de ordens em 2021, 155% mais que no ano anterior e atingiu 4 milhões de *Monthly Active Users (MAL)*.

A Donus, nossa *fintech* terminou o ano com 218 mil contas digitais e integrada ao BEES, assim nossos clientes podem gerenciar as faturas com a Ambev de maneira integrada, além de poderem usar a Donus para receber de seus clientes, tanto quanto pagar seus fornecedores.

A receita líquida por hectolitro cresce quase 9,8%, graças aos efeitos de *mix*, dada a boa performance das nossas marcas acima do *core*, do retorno das embalagens retornáveis, principalmente no *on-trade*, e nossas iniciativas de *revenue management*, levando a uma receita líquida 17,7% maior que 2020 e 28,5% maior que 2019.

Já no segmento de bebidas não alcoólicas, nosso volume cresceu 8,3% graças à boa performance das marcas Gatorade e H2OH. Lançamos em 2021 inovações de novos sabores na marca Sukita e também a nova embalagem da Água Tônica. Com relação à sustentabilidade, o nosso Guaraná Antártica é água produzida com embalagens quase que 100% provenientes de materiais reciclados.

Em adição, nossas operações internacionais continuaram com um bom ritmo de recuperação.

Na América Latina Sul, o volume cresceu 13,5% comparado com 2020 e, praticamente 13,7% acima de 2019. Na Argentina, a indústria teve um forte desempenho, o que aliado ao nosso portfólio acima do *core* e inovações, gerou ganhos de *market share*, de acordo com as nossas estimativas. No Chile, a parceria com os engarrafadores da Coca-Cola Andina, Emborner e Iquique, para distribuir nossos produtos, ganhou volume e entregou ótimos resultados especialmente com Corona, a marca de cerveja mais apreciada do país. Por outro lado, as nossas operações da Bolívia sofreram bastante com a pandemia da COVID-19 e continuaram abaixo do normal durante o ano apesar de terem apresentado crescimento contra o ano anterior.

Na América Central e Caribe, o volume cresceu 17,0% comparado com 2020, apesar de terminar o ano 3,3% abaixo de 2019, e o negócio de cerveja teve boa recuperação no ano, terminando a níveis acima do período pré-pandemia. Nosso portfólio acima do *core* apresentou um excelente resultado, ganhando representação do peso de *mix*. E as plataformas digitais BEES e Colmap continuaram a crescer na República Dominicana.

O Canadá teve uma queda de volume de 0,8% comparado com o ano anterior, porém, quase 1,4% acima dos níveis pré-pandemia. O país sofreu com os *lock-downs* para conter as ondas de infecção da COVID-19, o que acabou por impactar nossas operações. Apesar disso, nosso portfólio acima do *core* e *ready-to-drink* tiveram uma boa performance, principalmente as marcas Corona, Stella Artois e Michelob Ultra e NUTRL.

Além disso, seguimos avançando na nossa estratégia de ESG e anunciamos nosso objetivo de atingir a neutralidade de carbono até 2040.

Terminamos 2021 satisfeitos com a evolução da companhia, de modo que em 2022 estaremos ainda melhor preparados para acelerar o passo de transformação. Por fim, não podemos deixar de reconhecer a nossa gente, que tem navegado por desafios com resiliência e sentimento de dono. Também é com muito prazer que vimos os indicadores da nossa pesquisa de clima melhorarem em todas as nossas operações este ano, mostrando que as iniciativas e resultados tem tido o nosso gente ainda mais orgulhosa e motivada. Nosso melhor ativo: gente boa, com sentimento de dono, engajada e que sonha grande para criar um futuro com mais razões para brindar.

Victorio Carlos De Marchi Presidente do Conselho	Michel Dimitrios Doukeris Cepidante do Conselho	Jean Jereissati Diretor Presidente Executivo
--	---	--

VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Atualmente, com operações em 18 países nas três Américas, somos líderes no mercado latino-americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas, e é agrupado em quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, integrado pela produção e comercialização de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas;
- América Central e Caribe (“CAC”), integrada pelas nossas operações diretas na República Dominicana, Cuba, Saint Vincent, Dominica, Antígua, Guatemala (que também abastece El Salvador, Honduras e Nicarágua), Barbados e Panamá;
- América Latina Sul (“LAS”), integrada por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai; e
- Canadá, com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

As principais marcas da Companhia são Brahma, Brahma Duplo Malt, Antarcas, Bohemia, Skol, Original, Quilmes Clássica, Presidente, Paceaí, Pilsen, Labatt Blue, Alexander Keith’s, Kokanee, Guaraná Antártica e Beats. Além disso, a Ambev é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuímos no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi, H2OH, Lipton Ice Tea e o isotônico Gatorade sob licença da PepsiCo. Temos também acordos com a Red Bull e Beam Suntory para distribuição de seu portfólio em alguns canais de vendas e regiões específicas no Brasil e outros mercados. Comercializamos, ainda, diversos produtos da Anheuser-Busch Inbev S.A.N.V. (“AB-InBev”), tais como Budweiser, Bud Light, Stella Artois, Corona, Spaten, Beck’s e Michelob Ultra.

SUSTENTABILIDADE

Fazer as melhores cervejas começa com os melhores ingredientes e, para tanto, precisamos de um meio ambiente sustentável e de comunidades prósperas. Por isso, a sustentabilidade se traduz em uma visão estratégica para criação de valor compartilhado de longo prazo alinhada a impacto socioambiental positivo e transformado.

Gerar valor compartilhado significa contribuir para todo o ecossistema que estamos inseridos. Para que possamos construir um futuro com mais razões para brindar, temos o compromisso de atuar colaborativamente com nossos públicos de interesse, para que cresçam e se desenvolvam juntos conosco, de maneira sustentável e perene.

Dessa forma, queremos ir mais longe e gerar um impacto positivo em toda a sociedade. Todo esse movimento interage com nossas metas de sustentabilidade, lançadas em 2018, que devem ser atingidas até 2025, apresentadas a seguir, nos temas de Água, Agricultura Sustentável, Ação Climática, Embalagem Circular e Empreendedorismo.

Água

Objetivo até 2025: 100% das nossas comunidades em áreas de alto risco devem ter, de forma mensurável, melhor qualidade e disponibilidade hídrica.

Água é a nossa principal matéria-prima e bandeira socioambiental. Justamente por isso, e por reconhecermos os impactos que nossos negócios podem causar, valorizamos iniciativas que promovam a disponibilidade e qualidade da água, unindo parceiros, compartilhando conhecimento e auxiliando na utilização sustentável do recurso trabalhando em três frentes principais: redução do consumo nas nossas operações; e para além dos muros; preservação e restauração de bacias hidrográficas e acesso à água.

Nos últimos 20 anos, a Ambev reduziu em 54% o consumo de água, chegando à marca de 2,45 litros de água para cada litro de cerveja produzido, como consequência de investimentos em gestão de consumo, tecnologias, compartilhamento de boas práticas e de uma operação engajada de maneira consistente ao longo do tempo. Entendemos que para buscar a resiliência hídrica para os territórios onde atuamos e as comunidades teríamos que ir muito além de trabalhar para dentro dos nossos muros e com essa mentalidade resolvemos compartilhar esse conhecimento para ajudar empresas e indústrias na economia e gestão da água. Lançando assim o SAVEH - Sistema de Autoavaliação de Eficiência Hídrica, fruto de uma parceria inovadora com as ONGs Fundación Avina e Carbon Trust, e com o Pacto Global da ONU. O programa foi desenvolvido por meio de uma plataforma online totalmente gratuita na qual outras empresas podem ter acesso ao sistema de gerenciamento e boas práticas para a eficiência hídrica que envolvem diversas ações para redução, reutilização entre outras que fizeram a Ambev reduzir seu consumo pela metade.

Além de trabalhar para reduzir o consumo nas operações, a Ambev atua para preservar bacias hidrográficas. Por isso lançamos em 2010 o Programa Bacias e Florestas, com o objetivo de recuperar e proteger importantes bacias hidrográficas dos países em que atuamos. Em parceria com o poder público e com ONGs, como WWF Brasil e The Nature Conservancy (TNC), a Ambev já adotou sete bacias em todo o Brasil, três na Bolívia e uma na Argentina. Esses projetos são feitos juntos às comunidades localizadas no entorno de suas cervejarias e busca fortalecer e estruturar a governança local, alcançar recursos para restauração e conservação de florestas, matas ciliares e outras em propriedades rurais nas zonas prioritárias para recarga dos mananciais, engajar e capacitar os atores locais, investir e apoiar o saneamento rural entre outras ações que visam endereçar as principais questões com o tema. Outro importante foco que garante a sustentabilidade das ações desenvolvidas sob o guarda-chuva do programa é o fomento ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instrumento econômico que tem o objetivo de oferecer incentivo aos proprietários rurais que se comprometam com práticas de conservação nas suas propriedades. Com 10 anos de existência no Brasil, já plantamos mais de 1,8 milhões de árvores apoiando a restauração de mais de 740 hectares e a conservação de mais de 10.000 hectares, o que equivale a 12.000 estádios do Maracanã. O programa foi reconhecido pelo Governo Federal do Brasil pelo apoio à proteção das águas brasileiras, tendo recebido o Selo Aliança pelas Águas Brasileiras. Nos últimos 2 anos o programa instalou 26 biodigestores e 12 Tepas beneficiando 42 famílias em 5 municípios na Bahia do Jequitibá, MG e foi reconhecido com o selo de ouro do V Prêmio de Boas Práticas Ambientais 2021 - SISEMA, do Governo de Minas Gerais.

A Ambev também lançou, em 2017, o primeiro negócio social de uma grande empresa no Brasil: a Água AMA. Toda a água gerado com as vendas do produto é destinado a iniciativas de acesso à água no semiárido. Hoje, 35 milhões de brasileiros não têm acesso à água potável, principalmente nessa região. Com o slogan: água para você, água para todos, a Ambev reverte todo o lucro obtido com a venda da AMA para projetos que levam água potável a comunidades do semiárido e de periferias urbanas do Brasil.

No 2021, ampliamos as iniciativas da marca para centros urbanos. Em parceria com a Deep e com apoio da Sabesp, mais de 24 mil moradores da região leste da capital paulista receberam filtros de barro, com direcionamento de água potável. Além disso, estão sendo instalados filtros de água em escolas e em lugares públicos para acesso da população em vulnerabilidade social. O impacto total dessas ações será de mais de 90 mil pessoas.

Mantivemos também nossa atuação no semiárido brasileiro, onde já temos projetos em todos os estados da região, em parceria com a Fundación Avina, que coordena as organizações parceiras de cada estado, que executam os projetos tanto de implementação de sistema de abastecimento de água, quanto de instalação de cisternas em escolas. Além de beneficiar mais de 56 mil pessoas, AMA também conscientiza os consumidores sobre o problema da seca e da falta de água em outras regiões do país e tem impacto na empresa com o envolvimento de uma grande equipe e nos clientes que passam a trabalhar pela causa. É um projeto que conecta todos por uma causa maior.

Em todos os projetos e iniciativas implementados em 2021, AMA alcançou 339 mil pessoas impactadas, seguindo em linha com nosso objetivo de termos 1 milhão de pessoas com acesso a água até 2025.

Participamos ativamente da plataforma de ação pela água do pacto global da ONU, além de sermos signatários do CE Water Mandate e da câmara temática de água do CEBDS onde fomos eleitos pelas demais empresas e ocupamos a cadeira de colíder a partir de fevereiro de 2022.

Agricultura

Objetivo até 2025: 100% dos nossos agricultores devem estar treinados, conectados e com estrutura financeira para desenvolver um plantio cada vez mais sustentável.

Na Ambev, todos os ingredientes são escolhidos com atenção aos mínimos detalhes, por isso as análises de recebimento e classificação da cevada são feitas por técnicos especializados, o que confere transparência e confiabilidade. Preocupados com a qualidade dos ingredientes que usamos, mantemos há mais de 30 anos, uma parceria com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) para incentivar o cultivo de cevada no Brasil e por meio desse trabalho conjunto, buscamos, principalmente, incentivar os produtores.

Conectando agricultores de todo o mundo, para que possam trocar experiências, o aplicativo SmartBarley ajuda os agricultores a resolverem desafios e a melhorar sua produtividade e desempenho ambiental. Por meio dele é possível avaliar características do solo da região e performance da lavoura, por exemplo, e com isso avaliar o seu progresso. A ferramenta tem 6.097 produtores cadastrados (sendo 2.219 no Brasil, 2.059 na Argentina e 1.819 no Uruguai). Em 2021 lançamos o Portal Agro, solução criada para simplificar e acelerar os processos comerciais e agrônomicos, otimizando o tempo de toda cadeia de valor e melhorando a transparência com os agricultores. No ano, 2.692 produtores estiveram conectados conosco através das plataformas SmartBarley e Agroportal. Ainda, criamos nossa plataforma ROOTS, que cria receitas de cervejas utilizando ingredientes locais produzidos por pequenos agricultores, tais como mandioca e caju, que são plantados no estado onde a cerveja vai ser consumida gerando uma cadeia positiva que beneficia pequenos produtores e a sociedade como um todo, gerando emprego e renda. A produção da cerveja também é feita em nossas cervejarias locais e a venda é exclusiva para esses estados - tudo para conectar e aproximar o consumidor. Esta plataforma já impacta positivamente mais de 8.600 famílias produtoras no Brasil.

Ação Climática

Objetivo até 2025: 100% da eletricidade comprada advinda de fontes renováveis. Além disso, vamos reduzir em 25% as emissões de carbono em toda a nossa cadeia de valor.

Temos o objetivo de impulsionar a descarbonização e construir resiliência climática por meio das nossas Metas de Sustentabilidade para 2025. Para isso, trabalhamos em todos os escopos para avançar nossa jornada de combate às mudanças climáticas.

Em relação ao Escopo 1, desde 2003, nós já reduzimos em 63% a emissão de carbono em nossas cervejarias no Brasil. Essa redução se deve à implementação das seguintes melhorias: (a) uso de biomassa nas caldeiras; (b) uso de óleo vegetal para gerar calor; (c) uso de microturbinas de biogás para cogeração de energia em nossas operações; (d) uso de BTG para recuperação de biogás para geração de calor e eletricidade; e (e) uso de plantas de extração de CO2 para recuperar CO2 de gás combustível das caldeiras. Com estas e outras iniciativas, conseguimos anunciar a primeira grande cervejaria e a primeira malteria cubana neutro do Brasil: Cervejaria Adriática (em Ponta Grossa - PR) e Malteria Passo Fundo (RS). A cervejaria obteve a marca de mais de 90% de redução das emissões de gases de efeito estufa, com compensação das emissões residuais via créditos de carbono no modelo REDD+ certificados internacionalmente pela Verrea, para desmatamento evitado na Amazônia.

No Escopo 2, atingimos 90% de energia renovável para as operações no Brasil, e 100% para Argentina, Paraguai, Chile e Uruguai. Estes números foram alcançados graças a diversas frentes como a instalação de 20 usinas fotovoltaicas em nossos Centros de Distribuição Direta, contratamos operações solares e eólicas para nossas fábricas, compra de energia renovável no mercado livre e compensação com certificados de energia renovável.

Em relação ao Escopo 3, emissões indiretas da cadeia de valor, temos muitas frentes de trabalho: (a) Engajamento com a cadeia de fornecedores: programa Conectando por um Mundo Melhor engajou 150 fornecedores de maior potencial de emissão em oito workshops, com encontros e treinamentos para incentivar uma economia de baixo carbono, tendo como resultado um compromisso para ação climática; (b) CDP Climate Change Supply Chain: engajamento de mais de 200 fornecedores no processo de relato de emissões do CDP; (c) Eco coolers: alcançamos 70% de toda frota de mais de 650 mil geladeiras transformadas em eco coolers, isto é, geladeiras mais eficientes e com menor emissão e consumo de energia; (d) Lémron: parceria para levar energia renovável mais barata a pequenos e médios negócios (1.800 pontos de venda foram conectados em 2021); (e) Caminhões elétricos: mais de 100 caminhões EV já estão circulando pelas ruas de São Paulo nos nossos produtos dos CDDs aos pontos de venda; para 2022 a meta é chegar a 500 deles.

No início deste ano, fomos selecionados novamente para compor a carteira do Índice Carbono Eficiente (ICOE B3) de 2022, assim como em 2021. A carteira foi anunciada no dia 04 de janeiro de 2022 e é composta por 67 ações de 64 empresas de 29 setores. Juntas, elas somam mais de 2,89 trilhões de reais em valor de mercado - o que representa 63,62% do total do mercado negociado na B3.

Todas essas e outras iniciativas estão impulsionando a mudança que desejamos para engajar e apoiar nossa cadeia de valor na descarbonização. Ainda em 2021, anunciamos a nossa mais nova abordagem: a de alcançar o net zero, ou seja, zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa, das nossas operações até 2030 e da nossa cadeia de valor até 2040.

Embalagem Circular

Objetivo até 2025: 100% dos nossos produtos devem estar em embalagens retornáveis ou que sejam majoritariamente feitas de conteúdo reciclado.

A responsabilidade da Ambev não se encerra no último gole. Estamos constantemente procurando maneiras inovadoras em aumentar a vida útil de nossas embalagens, aumentando a sua retornabilidade, além das taxas de conteúdo reciclado presente nas mesmas, garantindo que sejam recuperadas e reutilizadas. Um dos grandes marcos da Ambev é o pioneirismo de Guaraná Antártica, há mais de 10 anos. Hoje, com nossos processos inovadores, a garrafa do guaraná mais conhecido do Brasil é produzida com 70% menos energia e 20% menos água em comparação com uma resina virgem. E em 2021, mais de 95% das garrafas PET utilizadas por Guaraná Antártica passam a ser produzidas a partir de plástico reciclado.

Além disso, nossa fábrica de vidros no Rio de Janeiro é, atualmente, uma das maiores recicladoras de cacos de vidro da América Latina, sendo que mais de 50% da matéria-prima cacos coletados através de parcerias com empresas de logística reversa e cooperativas, além de receber cacos provenientes das cervejarias da Ambev, auxiliando no processo de reciclagem do vidro e reutilização na produção de novas garrafas. O projeto faz com que a Ambev economize 35% de energia. A fábrica também realiza um tratamento nos gases gerados no forno e remove até 99,95% de poluentes. Até 2025, passaremos a operar uma nova fábrica de vidros, dessa vez no Paraná.

Em 2020, assumimos localmente um compromisso específico relacionado ao plástico - a Ambev quer acabar com a poluição plástica de suas embalagens até 2025. Alcançamos esse objetivo através da eliminação ou substituição do plástico desnecessário em nossas embalagens, aumento do uso de embalagens retornáveis e do conteúdo reciclado, além de investimento em tecnologia e inovação buscando novas soluções. Já alcançamos um terço da meta neste primeiro ano.

Aliado a tudo isso, em 2017, a Ambev desenvolveu uma parceria importante com a Coca-Cola do Brasil através da plataforma Reciclar pelo Brasil. Conduzido em parceria com a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancai), o programa desenvolveu logística reversa e reciclagem com o objetivo de profissionalizar o trabalho das organizações envolvidas, elevar o volume de resíduos coletados e a renda média dos catadores. Entre 2018 e 2021, passou de 160 cooperativas em 17 estados, com 3 mil catadores, para mais 200 cooperativas em 25 estados, mais o Distrito Federal, com 5 mil catadores de materiais recicláveis apolados. Esses foram um dos públicos apoiados durante o período carnaval de 2021, junto com mais de 20 mil ambulantes, que mais uma vez não puderam estar nas ruas durante as festividades.

Empreendedorismo

Objetivo até 2025: 100% dos nossos empreendedores capacitados e suportados em gestão.

Lançamos, em 2018, o Programa VOA, um programa de voluntariado corporativo para compartilhamento de conhecimentos em gestão com organizações sociais. O programa oferece apoio a essas entidades para que elas atinjam seu maior propósito: realizar seu sonho grande e transformar o mundo em um lugar melhor.

Nos envolvemos diariamente com processos e ferramentas de sistema de gestão e, que podem contribuir para o crescimento de organizações sociais em todo o país. Em 2021, selecionamos 500 organizações sociais, o que se converteu em mais de 5 mil funcionários voluntários compartilhando nossas melhores práticas de processo e de gestão.

Também criamos uma plataforma de empreendedorismo, que consiste em quatro pilares principais, (i) relacionamento e parcerias, (ii) inclusão e expansão, (iii) inovação e (iv) desenvolvimento, todos suportados por governança e tecnologia.

No pilar inclusão e expansão realizamos feiras regionais com o objetivo de dar oportunidade para micro e pequenos empreendedores fazerem parte da nossa rede de parceiros, ajudando a desenvolver as comunidades locais no nosso entorno, o que resultou na adição de mais de 2.000 novos parceiros integrados à nossa rede. Ainda, em setembro de 2020, como parte do nosso compromisso de equidade racial, anunciamos nosso compromisso de trazer 200 novos parceiros liderados por pessoas negras em 2021, compromisso que foi superado, com mais de 500 novos parceiros captados. Para tanto, estabelecemos algumas parcerias que estão nos auxiliando a conectar com os fornecedores que atendem este critério, com objetivos que vão além das nossas parcerias comerciais, mas, também os inserir ao ecossistema de nossos fornecedores.

No pilar desenvolvimento, criamos a plataforma VOA especializada para compartilhar nosso conhecimento e ferramentas em gestão com os nossos parceiros, ajudando a desenvolver ainda mais o seu negócio. Lá eles podem encontrar ferramentas úteis com vídeos e material escrito para auxiliá-los em temas como gestão de pessoas, fluxo de caixa, planejamento estratégico, produtividade e muito mais. Além disso, baseado no nosso conhecimento em eficiência hídrica e de energia, criamos o SaveH e o SaveE para compartilhar com a nossa cadeia ferramentas para economizar água e energia nas suas empresas. Nos últimos anos, foram mais de 1.600 novos fornecedores em nossa base.

No pilar de inovação, temos nossa Aceleradora 100+, que já está na sua terceira turma. Aceleramos 21 startups de impacto em 2019, mais 18 em 2020 e outras 20 em 2021, com diversos pilotos em andamento, além de aulas sobre temas relevantes para os negócios com a Escola Conquer e mentorias com especialistas e diretores de dentro e fora da Ambev. No ano de 2021 tivemos como parceiro correalizador o programa a Plataforma Parceiros pela Amazônia, com um objetivo adicional de buscar startups locais em conservação da biodiversidade da Amazônia.

Até o momento, cerca mais de R\$150 milhões já foram investidos em geração de negócios com as startups da Aceleradora neste projeto e cinco pequenos startups empreendedores foram selecionados pela AB-InBev nesses 23 anos para participarem também do programa de aceleração global, em seu escritório em Nova Iorque.

RECURSOS HUMANOS

Chegamos ao final de 2021 com pouco mais de 53 mil funcionários: cerca de 30 mil no Brasil, 9 mil na região da América Central e Caribe (CAC), 4 mil no Canadá e 10 mil nas unidades da América Latina Sul.

Na Ambev, a nossa gente é o ingrediente principal de nossos negócios e, por isso, a segurança e a saúde física e mental dos nossos times continuaram sendo prioridades. Com o avanço da pandemia da COVID-19, mantivemos a gestão próxima de todos os colaboradores contaminados, com atenção redobrada aos hospitalizados, os quais receberam todo suporte necessário. Com a chegada da vacina, criamos uma campanha interna para incentivar nossos times a aderir ao Plano Nacional de Imunização e tomar todas as doses recomendadas.

A tecnologia se manteve com uma grande aliada neste momento. Através do nosso portal de serviços internos e do nosso assistente virtual da área de Gente e Gestão, conseguimos mapear todos os casos clínicos contaminados e também de vacinados. No Brasil, temos cerca de 90% do time que se declarou vacinado com pelo menos duas doses. Nossos times de Saúde e de Gente, tanto do campo quanto do corporativo, conseguiram fazer a gestão dos casos através da plataforma, assim orientar corretamente toda nossa gente. Certificamos que as nossas unidades estivessem protegidas, executando os protocolos corretos e atuando de forma preventiva.

Queremos agradecer e salientar o esforço e eficácia desenvolvidos pelos integrantes de Fundação Social e Helena Zerrenner – Instituição Nacional de Beneficência, na contínua prestação da assistência médica, hospitalar, odontológica, educacional e social, de forma gratuita, aos seus mais de 70.000 beneficiários, na sua grande maioria empregados e seus dependentes da Ambev, no Brasil, inclusive durante o período de pandemia.

Criando, nesse período, novos serviços para atender a demanda de testes e tratamento da COVID-19 proporcionando a seus beneficiários o necessário atendimento médico hospitalar, quer localmente quando possível, quer transferindo-os para Hospitais de Referência nas grandes cidades.

Na área educacional, mantive sua forte atuação através da manutenção do funcionamento, dentro dos melhores padrões de ensino dos dois colégios que ministram gratuitamente os cursos dos anos fundamental, médio e técnico – este em parceria com o SENAI - situados em São Paulo, SP - Colégio Dr. Walter Belian e em Sete Lagoas, MG - Colégio Professor Roberto Herberster Gusmán, para mais de 4.000 alunos e manteve mais de 1.000 bolsos de estudo, além de proporcionar mais de 18.000 benefícios em material escolar.

Ainda em relação ao bem-estar da nossa gente, continuamos avançando em iniciativas na nova Diretoria de Saúde Mental, cujo objetivo é abordar a saúde da nossa gente de forma integrada – física e mental em conjunto. Além dos benefícios de saúde mental e bem-estar criados para auxiliar nossos colaboradores junto com outros parceiros, oferecendo sessões de cunho psicológico e emocional, em 2021 criamos o grupo de afinidade CARE: Cuidado, Autoconhecimento, Respeito e Escuta ativa. Esse grupo conecta e integra as estratégias da área e fortalece nossa atuação e acolhimento no tema, além de realizar ações de treinamento em relação à saúde mental e sua importância dentro do ambiente corporativo.

Em 2021, a transformação digital foi acelerada pela pandemia, e a complexidade das necessidades dos nossos clientes e consumidores aumentou. Nesse novo contexto, entendemos que, para continuarmos sendo uma companhia de alta performance, seria necessária uma mudança de mindset na nossa gente para fomentar mais criatividade e inovação em busca de um crescimento orgânico do nosso negócio. Por acreditarmos que cultura organizacional suporta estratégia, revisitamos a nossa cultura e definimos quais seriam os focos claros de evolução: colaboração, escuta ativa e visão de longo prazo.

Para iniciar essa jornada, investimos em muita comunicação e capacitação da liderança e demos uma direção clara para que inspirassem a nossa gente a vivenciar diariamente a evolução cultural como forma de transformar a si e ao negócio, trabalhando competências humanas, como segurança psicológica, vulnerabilidade, *feedback*, entre outros assuntos, e competências técnicas para liderar a nova visão de negócio de Ambev como plataforma.

Nesse sentido, a AmbevOn, lançada em 2020 em substituição à Universidade Ambev, veio somar forças ao permitir que os funcionários tenham mais autonomia para escolher o que querem aprimorar e o que consideram mais relevante para o seu momento de vida. A AmbevOn permite que o usuário possa acessar os conteúdos de onde estiver e quando quiser e escolher a jornada que considera mais relevante para o seu desenvolvimento e atual momento de vida. Os cursos estimulam uma cultura focada em colaboração, escuta ativa e visão de longo prazo.

As jornadas de desenvolvimento da Ambev também incluem temas relacionados às habilidades do futuro, como inovação, ciência de dados e agilidade, como também competências humanas, como segurança psicológica e liderança inclusiva. Em um mundo cada vez mais globalizado, tecnológico e inovador, queremos proporcionar diferentes aprendizados que vão além dos nossos negócios. Aqui a intenção principal é conseguir proporcionar a mudança e o crescimento da empresa, por meio de treinamento e aprendizagem contínua.

Outras ferramentas digitais como LinkedIn Learning, CompartiHA (nossa série interna de lives de aprendizado) e Instagram também assumem papel importante no compartilhamento de aprendizados e experiências. Sendo outras fontes que aumentam a diversidade de conteúdos disponíveis para nossos colaboradores, abordando todos os tipos diferentes de aprendizagem. A AmbevOn oferece autonomia e flexibilidade para que os colaboradores escolham a jornada que consideram mais relevantes para o seu desenvolvimento. Investimos mais de R\$ 24 milhões no desenvolvimento de nossa gente com a nossa plataforma de aprendizado esse ano.

Como novidade de 2021, os conteúdos da AmbevOn passaram a ser disponibilizados também para fora da Ambev, portanto qualquer pessoa pode ter acesso. Seja em nossas redes sociais – LinkedIn, canal no youtube, instagram @ambevon – seja nas plataformas de compartilhamento de conteúdo por meio do nosso Podcast “Café no Corre” e com nosso newsletter quinzenal, a ideia é sempre manter conteúdos atualizados sobre inovação, empreendedorismo, mundo melhor e competências de liderança.

Outra frente com a AmbevOn externa foi o estímulo a compartilhar conhecimento e crescer junto ao nosso ecossistema. Fizemos uma parceria patrocinando 20 bolsos de estudos em ciência de dados junto à Escola Sirius, com foco em pessoas pertencentes a realidades sociais, estimulando essa habilidade de tecnologia. Além dessa ação, iniciamos junto à frente de Aceleradora 100+, da Ambev, o projeto “AfroOn” – um curso para micro empreendedores negros em parceria com a startup AfroImpacto, em que o objetivo é conseguir dar mais conhecimento sobre negociação, conhecimento financeiro e gestão de negócios para este público.

Nesse ano, a AmbevOn também proporcionou alguns *meetups* em seus canais digitais com pessoas influentes do meio acadêmico e artístico para dividirem suas experiências de aprendizados. Uma delas reuniu o cantor e escritor Emicida e a presidente-executiva da organização Todos pela Educação, Priscilla Cruz, que falaram sobre educação, política, cultura brasileira, num bate-papo inspirador mediado pela consultora em inovação e criatividade Cristina Naumov.

Em relação à atração de talentos, mantivemos as nossas portas abertas para novos líderes através do Programa de Estágio, do Representa e do Programa de Trainee. Com a pandemia da COVID-19, continuamos com o processo e todas as etapas de seleção, em formato 100% on-line.

O Programa de Estágio oferece treinamento completo e uma jornada que alia conhecimento teórico, prático e estímulo ao aprendizado. Fomentamos a participação dos jovens no programa da League, que reúne nossos estagiários em um grupo autoritário. Na League, todos os estagiários participam de projetos regionais, individuais ou em grupo, que tragam inovação ou melhorias para dentro da Companhia. Com isso, são realizados diversos treinamentos e bate-papos com as lideranças, que compartilham conhecimento e ajudam no processo de desenvolvimento dos novos talentos.

Ampliamos ainda mais o nosso Programa Representa, estágio exclusivo para universitários pretos. Criado em 2019, com o intuito de derrubar barreiras à representatividade negra na companhia, os 218 candidatos negros contratados em 2021 contam com benefício especiais, como: salário extra no primeiro mês de estágio, mentoria, bolsa curso de inglês, apoio psicológico e orientação financeira e jurídica.

Já o Programa Trainee, para objetivo de proporcionar aos jovens contratados uma visão do negócio mais holística da Companhia, teve 140 mil inscritos no total em 2021, ocorridos em dois períodos do ano. Neste programa, queremos que esse novo talento se envolva mais profundamente com os processos e tenha uma compreensão ampla de toda a empresa e conectado com a nossa estratégia e novo modelo de negócio.

Na Ambev praticamos os princípios da diversidade e da inclusão. Essa frente tem ganhado um foco expressivo nas ações em gestão de pessoas. Desde 2016, somos signatários dos Princípios das Nações Unidas para o Empoderamento das Mulheres, do Compromisso LGBT e do Fórum de Empresas e Direitos LGBT, que nos conectou com outras empresas, com as quais podemos trocar informações e experiências sobre o tema. E, desde 2020, integramos a Coalizão de Empresas pelo fim da violência contra mulheres e meninas, uma iniciativa privada e colaborativa que une esforços e recursos corporativos para gerar impacto social por meio da conscientização e mobilização.

Na Ambev, políticas e diretrizes fundadas no respeito e no reconhecimento das diferenças norteiam nossa dinâmica de trabalho. Para tratar de diversidade e inclusão em todo o Brasil, contamos com embaixadores de diversidade e inclusão: pessoas do nosso próprio time, designadas para promover a conscientização e a inclusão da nossa gente. Além disso contamos com quatro grupos de discussão que trabalham os temas na Companhia. São eles:

- Weiss (Women Empowered/ Interested in Successful Synergies): empoderamento feminino e igualdade de gênero.
- Leigos (Lisbians an Gay and Everyone Respected): gays, lésbicas, transsexuais e outros públicos.
- Boek (Building Opportunities for Colleagues of all kinds): igualdade de oportunidades para todas as raças.
- IPA (Improve People Accessibility): representatividade e inclusão das pessoas com deficiência (PCD) na Companhia.

No grupo Weiss, o destaque do ano é a criação do SOMOS, programa de desenvolvimento e empoderamento que treinou lideranças femininas em 2020, e a reconfiguração do processo de avaliação de desempenho e bônus para melhor acolhimento das nossas colaboradoras no retorno da licença-maternidade.

No Boek, demos um grande passo no ano ao firmar e comunicar nossos objetivos para ampliar a representatividade negra e trazer mais conscientização sobre a pauta. A atualização desses objetivos pode ser conferida no portal da Ambev, na seguinte página: <https://www.ambev.com.br/sobre/equidade-racial>. A empresa também montou um comitê de especialistas externos relacionados à pauta racial, composto por: Adriana Barbosa, Liliane Rocha, Ítala Herte, Hélio Santos e lideranças internas da Ambev.

Reconhecemos que ainda existem gaps na Am



Ambev S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ambev	2020	Escopo 2020	2020 Escopado	Escopo 2021	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M21	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	165.797,9	196,2	165.601,6	6,5		14.563,7	180.368,1	8,8%	8,8%
Receita líquida	58.379,0	(414,5)	58.793,5	9,7	657,4	13.808,2	72.854,3	24,8%	23,7%
ROL/hi (R\$)	352,1	(2,9)	355,0	0,0	3,6	48,1	403,9	14,7%	13,7%
CPV	(27.066,1)	(93,3)	(26.972,8)	(5,8)	(315,9)	(8.272,0)	(35.659,7)	31,8%	30,6%
CPV/hi (R\$)	(163,2)	(0,4)	(162,8)	(0,0)	(1,8)	(32,7)	(197,7)	21,1%	20,0%
CPV excl. deprec.& amort.	(24.089,1)	(93,3)	(23.995,8)	(5,2)	(320,4)	(7.933,5)	(32.348,1)	34,3%	32,9%
CPV/hi excl. deprec. & amort. (R\$)	(145,3)	(0,4)	(144,9)	(0,0)	(1,8)	(32,3)	(179,3)	23,4%	22,2%
Lucro bruto	31.312,9	(507,8)	31.820,6	3,9	341,6	5.536,2	37.194,6	18,8%	17,7%
% Margem bruta	53,6%	0,0%	53,6%	0,0%	0,0%	0,0%	-250bps	-260bps	-260bps
SG&A excl. deprec. & amort.	(15.377,8)	(74,2)	(15.303,6)	(22,2)	(208,4)	(4.152,2)	(19.760,6)	28,5%	27,0%
SG&A deprec. & amort.	(2.190,3)	(0,8)	(2.189,5)	(0,0)	(10,1)	115,3	(2.085,1)	-4,8%	-5,3%
SG&A total	(17.568,1)	(75,0)	(17.493,1)	(22,2)	(218,5)	(4.036,9)	(21.845,6)	24,3%	23,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.679,4	2.121,2	558,1	(945,0)	(1,7)	391,4	2.124,1	-20,7%	70,1%
Lucro operacional ajustado	16.424,2	1.538,5	14.885,7	(963,3)	121,4	1.890,7	17.473,0	6,4%	13,2%
% Margem Lucro operacional ajustado	28,1%	0,0%	25,3%	0,0%	0,0%	0,0%	24,0%	-410bps	-210bps
EBITDA ajustado	21.591,5	1.539,3	20.052,1	(962,6)	127,0	2.113,9	22.869,7	5,9%	10,9%
% Margem EBITDA ajustado	37,0%	0,0%	34,1%	0,0%	0,0%	0,0%	31,4%	-560bps	-350bps

Brasil	2020	Escopo 2020	2020 Escopado	Escopo 2021	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	2021	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	111.285,4		111.285,4			8.245,2	119.530,6	7,4%	7,4%
Receita líquida	30.196,5	(594,6)	30.791,1			5.390,0	35.586,5	17,8%	17,8%
ROL/hi (R\$)	271,3	(5,6)	276,9			26,4	297,7	9,7%	9,7%
CPV	(14.112,9)		(14.112,9)			(4.196,3)	(18.309,1)	29,7%	29,7%
CPV/hi (R\$)	(126,8)		(126,8)			(26,4)	(153,2)	20,8%	20,8%
CPV excl. deprec.& amort.	(12.588,8)		(12.588,8)			(3.988,7)	(16.577,5)	31,7%	31,7%
CPV/hi excl. deprec. & amort. (R\$)	(113,1)		(113,1)			(25,6)	(138,7)	22,6%	22,6%
Lucro bruto	16.083,6	(594,6)	16.679,2		0,0%	1.193,8	17.277,4	7,4%	7,4%
% Margem bruta	53,3%	0,0%	53,3%	0,0%	0,0%	0,0%	-470bps	-470bps	-470bps
SG&A excl. deprec. & amort.	(7.925,1)		(7.925,1)			(2.393,9)	(10.319,0)	30,2%	30,2%
SG&A deprec. & amort.	(1.390,4)		(1.390,4)			139,7	(1.250,7)	-10,0%	-10,0%
SG&A total	(9.315,5)		(9.315,5)			(2.254,1)	(11.569,6)	24,2%	24,2%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.887,2	2.121,2	765,9	(944,9)		153,7	2.096,0	-27,4%	20,1%
Lucro operacional ajustado	9.655,3	1.526,7	8.128,6	(944,9)		(906,7)	7.803,7	-19,2%	-12,0%
% Margem Lucro operacional ajustado	32,0%	0,0%	26,4%	0,0%	0,0%	0,0%	21,9%	-1010bps	-640bps
EBITDA ajustado	12.569,7	1.526,7	11.043,1	(944,9)		(838,8)	10.786,0	-14,2%	-8,0%
% Margem EBITDA ajustado	41,6%	0,0%	35,9%	0,0%	0,0%	0,0%	30,3%	-1130bps	-760bps

Cerveja Brasil	2020	Escopo 2020	2020 Escopado	Escopo 2021	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	2021	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	84.791,7		84.791,7			6.043,4	90.835,0	7,1%	7,1%
Receita líquida	25.953,0	(538,8)	26.491,8			4.584,1	30.537,2	17,7%	17,7%
ROL/hi (R\$)	306,1	(6,7)	312,8			30,1	336,2	9,8%	9,8%
CPV	(11.941,7)		(11.941,7)			(3.440,4)	(15.382,1)	28,8%	28,8%
CPV/hi (R\$)	(140,8)		(140,8)			(29,5)	(169,3)	20,2%	20,2%
CPV excl. deprec.& amort.	(10.611,7)		(10.611,7)			(3.247,6)	(13.859,3)	30,6%	30,6%
CPV/hi excl. deprec. & amort. (R\$)	(125,2)		(125,2)			(27,4)	(152,6)	21,9%	21,9%
Lucro bruto	14.011,4	(538,8)	14.550,1		0,0%	1.143,7	15.155,1	8,2%	8,2%
% Margem bruta	54,0%	0,0%	54,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-440bps	-440bps	-440bps
SG&A excl. deprec. & amort.	(6.709,8)		(6.709,8)			(2.163,4)	(8.873,2)	32,2%	32,2%
SG&A deprec. & amort.	(1.223,4)		(1.223,4)			121,1	(1.102,3)	-9,9%	-9,9%
SG&A total	(7.933,2)		(7.933,2)			(2.042,3)	(9.975,5)	25,7%	25,7%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.380,3	1.824,3	556,1	(812,2)		143,1	1.711,2	-28,1%	25,7%
Lucro operacional ajustado	8.458,5	1.285,5	7.173,0	(812,2)		(755,5)	6.890,8	-18,5%	-11,4%
% Margem Lucro operacional ajustado	32,6%	0,0%	32,6%	0,0%	0,0%	0,0%	22,6%	-1000bps	-630bps
EBITDA ajustado	11.011,9	1.285,5	9.726,4	(812,2)		(663,8)	9.515,9	-13,6%	-7,4%
% Margem EBITDA ajustado	42,4%	0,0%	42,4%	0,0%	0,0%	0,0%	31,2%	-1120bps	-760bps

NAB Brasil	2020	Escopo 2020	2020 Escopado	Escopo 2021	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	2021	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	26.493,7		26.493,7			2.201,8	28.695,5	8,3%	8,3%
Receita líquida	4.243,5	(55,8)	4.293,3			805,9	5.049,4	19,0%	19,0%
ROL/hi (R\$)	160,2	(2,1)	162,3			15,8	176,0	9,9%	9,9%
CPV	(2.171,2)		(2.171,2)			(755,9)	(2.927,1)	34,8%	34,8%
CPV/hi (R\$)	(82,0)		(82,0)			(20,1)	(102,0)	24,5%	24,5%
CPV excl. deprec.& amort.	(1.977,1)		(1.977,1)			(741,1)	(2.718,2)	37,5%	37,5%
CPV/hi excl. deprec. & amort. (R\$)	(74,6)		(74,6)			(20,1)	(94,7)	26,9%	26,9%
Lucro bruto	2.072,2	(55,8)	2.128,1		0,0%	5,0	2.122,3	2,4%	2,4%
% Margem bruta	48,8%	0,0%	48,8%	0,0%	0,0%	0,0%	-680bps	-680bps	-680bps
SG&A excl. deprec. & amort.	(1.215,4)		(1.215,4)			(230,4)	(1.445,8)	19,0%	19,0%
SG&A deprec. & amort.	(167,0)		(167,0)			18,6	(148,4)	-11,1%	-11,1%
SG&A total	(1.382,3)		(1.382,3)			(211,8)	(1.594,2)	15,3%	15,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais	506,8	297,0	209,9	(132,7)		10,6	384,7	-24,1%	5,1%
Lucro operacional ajustado	1.196,8	241,1	955,6	(132,7)		(151,2)	912,9	-23,7%	-16,8%
% Margem Lucro operacional ajustado	28,2%	0,0%	28,2%	0,0%	0,0%	0,0%	18,1%	-1010bps	-640bps
EBITDA ajustado	1.557,8	241,1	1.316,7	(132,7)		(155,0)	1.270,1	-18,5%	-12,3%
% Margem EBITDA ajustado	36,7%	0,0%	36,7%	0,0%	0,0%	0,0%	25,2%	-1150bps	-790bps

CAC	2020	Escopo 2020	2020 Escopado	Escopo 2021	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	2021	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	11.451,2		11.451,2			1.950,7	13.401,9	17,0%	17,0%
Receita líquida	7.319,3		7.319,3		349,8	2.278,3	9.947,4	35,9%	31,1%
ROL/hi (R\$)	639,2		639,2		26,1	77,0	742,2	16,1%	12,0%
CPV	(3.307,5)		(3.307,5)		(163,5)	(1.256,9)	(4.727,9)	42,9%	38,0%
CPV/hi (R\$)	(288,8)		(288,8)		(12,2)	(51,7)	(352,8)	22,1%	17,9%
CPV excl. deprec.& amort.	(2.881,7)		(2.881,7)		(147,2)	(1.246,4)	(4.275,3)	48,4%	43,3%
CPV/hi excl. deprec. & amort. (R\$)	(251,7)		(251,7)		(11,0)	(56,4)	(319,0)	26,8%	22,4%
Lucro bruto	4.011,8		4.011,8		186,3	1.021,4	5.219,5	30,1%	25,5%
% Margem bruta	54,8%		54,8%	0,0%	0,0%	0,0%	52,5%	-230bps	-240bps
SG&A excl. deprec. & amort.	(1.343,6)		(1.343,6)		(66,3)	(359,0)	(1.768,9)	31,7%	26,7%
SG&A deprec. & amort.	(255,3)		(255,3)		(8,4)	39,0	(224,7)	-12,0%	-15,3%
SG&A total	(1.598,9)		(1.598,9)		(74,6)	(320,1)	(1.993,6)	24,7%	20,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais	(23,5)		0,5	35,4		35,4	12,4	-152,9%	-150,9%
Lucro operacional ajustado	2.389,4		2.389,4		112,2	736,8	3.238,3	35,5%	30,8%
% Margem Lucro operacional ajustado	32,6%		32,6%	0,0%	0,0%	0,0%	32,6%	0bps	0bps
EBITDA ajustado	3.070,4		3.070,4		136,9	708,3	3.915,6	27,5%	23,1%
% Margem EBITDA ajustado	41,9%		41,9%	0,0%	0,0%	0,0%	39,4%	-250bps	-250bps

LAS	2020	Escopo 2020	2020 Escopado	Escopo 2021	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	2021	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	33.062,4		33.062,4			4.449,2	37.511,6	13,5%	13,5%
Receita líquida	11.560,8		11.560,8		(902,5)	5.913,4	16.571,7	43,3%	51,2%
ROL/hi (R\$)	349,7		349,7		(24,1)	411,6	441,8	26,3%	33,2%
CPV	(5.937,4)		(5.937,4)		341,3	(2.639,6)	(8.235,7)	38,7%	44,5%
CPV/hi (R\$)	(179,6)		(179,6)		9,1	(49,1)	(219,6)	22,3%	27,3%
CPV excl. deprec.& amort.	(5.165,2)		(5.165,2)		287,1	(2.527,2)	(7.405,3)	43,4%	48,9%
CPV/hi excl. deprec. & amort. (R\$)	(156,2)		(156,2)		7,7	(48,8)	(197,4)	26,4%	31,3%
Lucro bruto	5.623,3		5.623,3		(561,2)	3.273,8	8.335,9	48,2%	58,2%
% Margem bruta	48,6%		48,6%	0,0%	0,0%	0,0%	50,3%	170bps	230bps
SG&A excl. deprec. & amort.	(2.907,4)		(2.907,4)		267,1	(1.378,1)	(4.018,3)	38,2%	47,4%
SG&A deprec. & amort.	(325,9)		(325,9)		25				



Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **BALANÇO PATRIMONIAL | Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.797,9	4.547,8	16.627,7	17.090,3	Contas a pagar	15	14.826,1	12.411,8	25.077,9	19.339,2
Aplicações financeiras	6	22,9	9,2	1.914,6	1.700,0	Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	492,5	329,8
Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	597,4	505,9	Empréstimos e financiamentos	16	377,9	2.100,6	847,1	2.738,8
Contas a receber	7	2.869,5	3.491,3	4.791,6	4.303,1	Conta garantida	5	—	—	30,5	—
Estoques	8	4.790,2	3.104,0	11.000,3	7.605,9	Salários e encargos	1.282,0	354,5	2.439,4	925,5	—
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		107,8	941,3	631,5	1.759,2	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	571,1	1.713,0	1.425,0	2.454,7	—
Impostos a recuperar	9	1.214,9	717,8	1.981,1	1.527,9	Imposto de renda e contribuição social a recolher	125,7	294,6	1.491,0	1.167,3	—
Outros ativos		496,7	480,9	1.082,8	850,0	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.049,6	3.033,8	4.585,9	4.549,5	—
Ativo circulante		13.299,9	13.292,3	38.627,0	35.342,3	Outros passivos	1.531,5	1.183,0	2.304,6	1.848,1	—
Aplicações financeiras	6	132,2	152,4	192,9	213,9	Provisões	17	138,7	93,7	124,9	—
Instrumentos financeiros derivativos	29	—	—	1,6	3,4	Passivo circulante	21.902,6	21.185,0	38.866,2	33.477,8	—
Contas a receber	7	56,8	54,3	—	—	Contas a pagar	15	21.074,3	19.786,3	617,1	655,8
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.313,7	4.491,4	6.326,9	4.495,0	Empréstimos e financiamentos	16	1.142,5	1.019,6	2.253,5	2.053,5
Impostos a recuperar	9	4.779,8	5.122,3	6.005,4	5.695,8	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	—	—	3.214,0	3.043,4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	3.129,8	1.696,9	4.727,7	4.560,8	Imposto de renda e contribuição social a recolher	356,8	442,1	1.686,9	1.912,6	—
Outros ativos		1.295,4	1.413,2	2.063,3	2.141,6	Impostos, taxas e contribuições a recolher	699,8	679,7	704,2	684,3	—
Benefícios a funcionários	18	2,4	4,3	27,9	33,6	Opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos	3.281,2	4.100,4	3.445,2	4.226,6	—
Investimentos	11	86.992,2	82.132,6	305,2	337,4	Provisões	17	309,6	304,3	603,8	447,1
Imobilizado	12	14.439,3	12.168,4	29.224,3	24.768,4	Benefícios a funcionários	18	313,0	402,6	3.194,0	3.544,0
Intangível	13	999,4	925,7	8.689,0	7.580,6	Passivo não circulante	27.177,2	26.735,0	15.718,7	16.567,3	—
Ágio	14	281,9	281,9	42.411,3	40.023,5	Total do passivo	49.079,8	47.920,0	54.584,9	50.045,1	—
Ativo não circulante		118.422,9	108.443,4	99.975,5	89.854,0	Patrimônio líquido	19	58.042,5	57.899,1	58.042,5	57.899,1
						Capital social		86.378,8	80.905,6	86.378,8	80.905,6
						Reservas		(61.778,3)	(64.989,0)	(61.778,3)	(64.989,0)
						Ajuste de avaliação patrimonial		82.643,0	73.815,7	82.643,0	73.815,7
						Patrimônio líquido de controladores		—	—	1.374,6	1.335,5
						Participação de não controladores		82.643,0	73.815,7	84.017,6	75.151,2
						Total do patrimônio líquido		131.722,8	121.735,7	138.602,5	125.196,3
Total do ativo		131.722,8	121.735,7	138.602,5	125.196,3	Total do passivo e patrimônio líquido		131.722,8	121.735,7	138.602,5	125.196,3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	Atribuído à participação dos controladores				Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial		
Saldo em 01 de janeiro de 2020	57.866,8	54.811,5	20.874,2	(72.274,5)	1.278,0	62.556,0
Lucro líquido do exercício	—	—	—	11.379,4	—	11.379,4
Resultado Abrangente:						
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	7.493,1	7.493,1	193,1
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	99,4	99,4	2,0
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	(252,3)	(252,3)	(5,7)
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	7.340,2	18.719,6	541,9
Aumento de capital (Nota 19)	32,3	(32,3)	—	—	—	—
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	—	—	1.344,9	1.344,9	(2,5)
Opções concedidas sobre participação em controlada	—	—	—	(37,4)	(37,4)	(37,4)
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	0,4	0,4	0,5
Imposto sobre dividendos fictos	—	—	—	(5,9)	(5,9)	(5,9)
Dividendos distribuídos	—	—	—	(1.206,9)	(1.206,9)	(482,4)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(6.509,5)	(6.509,5)	(6.509,5)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	—	13,5	—	—	13,5	—
Pagamentos baseados em ações	—	192,9	—	—	192,9	192,9
Dividendos prescritos/(complemento)	—	—	—	26,1	26,1	26,1
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (Nota 19)	—	—	—	11,8	11,8	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	1.332,8	—	—	—
Reserva de investimentos	—	—	3.713,0	(3.713,0)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.899,1	54.985,6	25.920,0	(64.989,0)	73.815,7	1.335,5
Saldo em 01 de janeiro de 2021	57.899,1	54.985,6	25.920,0	(64.989,0)	73.815,7	1.335,5
Lucro líquido do exercício	—	—	—	12.671,0	—	12.671,0
Resultado Abrangente:						
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	—	—	—	2.449,7	2.449,7	108,3
Hedge de fluxo de caixa	—	—	—	480,8	480,8	0,5
Ganhos/(perdas) atuariais	—	—	—	341,8	341,8	(1,8)
Resultado abrangente do exercício	—	—	—	3.272,3	15.943,3	558,6
Aumento de capital (Nota 19)	143,4	(134,4)	—	—	9,0	9,0
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	—	—	2.063,7	2.063,7	21,4
Opções concedidas sobre participação em controlada	—	—	—	(1,9)	(1,9)	(1,9)
Ganhos/(perdas) de participação	—	—	—	(46,2)	(46,2)	8,6
Imposto sobre dividendos fictos	—	—	—	(1,7)	(1,7)	(1,7)
Dividendos distribuídos	—	—	—	(2.099,5)	(2.099,5)	(549,5)
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	(7.400,1)	(7.400,1)	(7.400,1)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	—	(36,1)	—	—	(36,1)	(36,1)
Pagamentos baseados em ações	—	372,1	—	—	372,1	372,1
Dividendos prescritos/(complemento)	—	—	—	24,7	24,7	24,7
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (Nota 19)	—	—	—	11,8	11,8	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	1.423,5	(1.423,5)	—	—
Reserva de investimentos	—	—	3.848,1	(3.848,1)	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.042,5	55.187,2	31.191,6	(61.778,3)	82.643,0	1.374,6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO | Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhões de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Receitas	57.851,0	52.596,2	108.950,1	90.116,4					
Vendas mercadorias, produtos e serviços	56.740,0	49.867,2	107.693,9	88.156,3	Receitas financeiras	1.040,5	3.602,3	2.222,4	2.996,0
Outras receitas/(despesas) líquidas	1.127,5	2.755,0	1.266,9	2.063,1	Outros	74,8	65,1	(594,4)	(549,2)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(16,5)	(26,0)	(10,7)	(103,0)	Valor adicionado total a distribuir	33.035,9	33.153,9	53.639,5	48.929,0
Insuamos adquiridos de terceiros	(30.517,5)	(24.104,0)	(51.704,5)	(38.610,1)	Distribuição do valor adicionado	33.035,9	33.153,9	53.639,5	48.929,0
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(25.304,7)	(19.675,9)	(37.855,7)	(27.651,7)	Pessoal	3.149,5	2.066,3	6.835,4	5.446,6
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.073,5)	(4.345,2)	(13.570,5)	(10.771,8)	Remuneração direta	2.588,8	1.644,5	6.132,4	4.907,3
Perda de valores ativos	(139,3)	(82,9)	(278,3)	(186,6)	Benefícios	252,8	192,8	323,0	251,8
Valor adicionado bruto	27.333,5	28.492,2	57.245,6	51.506,3	Fundo de garantia por tempo de serviço	115,5	99,0	144,4	125,0
Retenções	(2.585,7)	(2.740,5)	(5.118,4)	(4.980,8)	Outros	192,4	130,0	235,6	162,5
Depreciação e amortização	(2.585,7)	(2.740,5)	(5.118,4)	(4.980,8)	Impostos, taxas e contribuições	14.898,1	16.877,6	28.402,1	26.530,6
Valor adicionado líquido produzido	24.747,8	25.751,7	52.127,2	46.525,5	Federais	1.125,3	4.165,8	10.001,1	10.168,0
em transferência	8.288,1	7.402,2	1.512,3	2.403,5	Estaduais	13.739,7	12.687,2	18.358,9	16.329,7
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	7.172,8	3.734,8	(115,7)	(43,3)	Municipais	33,1	24,6	42,1	32,9
					Remuneração de capitais de terceiros	2.317,3	2.830,6	5.279,4	5.219,9
					Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras	2.315,1	2.806,7	5.211,2	5.095,5
					Aluguéis	2,2	23,9	68,2	124,4
					Remuneração de capitais próprios	12.671,0	11.379,4	13.122,6	11.731,9
					Juros sobre o capital próprio	7.400,1	6.509,5	7.400,1	6.509,5
					Dividendos	2.099,5	1.206,9	2.099,5	1.206,9
					Lucros retidos	3.171,4	3.663,0	3.171,4	3.663,0
					Participação de não controladores	—	—	451,6	352,5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

(a) Objeto social

A Ambev S.A. (referida como "Companhia", "Ambev" ou "Controladora"), em conjunto com suas controladas ("Grupo" ou "Consolidado"), com sede em São Paulo - SP, tem por objeto, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de produtos seus e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

A Companhia tem suas ações e ADRs (American Depositary Receipts) negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código "ABEV3" e na Bolsa de Nova Iorque (New York Stock Exchange-NYSE) sob o código "ABEV", respectivamente. Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. ("ITW International"), a AmBrew S.à.r.l. ("AmBrew"), ambas subsidiárias da Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev"), e a Fundação Antonio e Helena Zerrenner Instituição Nacional de Beneficência ("Fundação Zerrenner").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas, em forma definitiva, pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2022.

(b) Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Considerando a natureza das operações da Companhia, existe uma exposição inerente a certos riscos relacionados com as mudanças climáticas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou como principais riscos os destacados a seguir:

(i) Preços das Commodities

Existe uma preocupação crescente de que o nível atual de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa na atmosfera tenham



Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ **continuação** NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nossas operações estão sujeitas a uma ampla gama de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais de segurança e meio ambiente no Brasil relacionadas a licenças ou autorizações necessárias para nossos negócios, bem como uso de recursos hídricos e gestão de resíduos sólidos e obrigações de esquema de recolhimento.

Nossas atividades requerem a constante obtenção e renovação de licenças ambientais, das quais dependem a instalação e operação das unidades produtivas. Dificuldades técnicas ou descumprimento dos prazos de renovação das licenças e das exigências dos órgãos ambientais podem ter efeitos adversos em nossos negócios, pois podemos estar sujeitos à aplicação de multas sucessivas, interrupção das atividades ou desligamento de unidades, conforme o caso (por caso cenário). Isso pode afetar adversamente nossa imagem, resultados operacionais e condição financeira. À medida que as leis ambientais e sua aplicação se tornaram cada vez mais rigorosas, nossos gastos para atender às exigências ambientais podem aumentar substancialmente no futuro.

O descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar na revogação de licenças e suspensão de nossas atividades ou no pagamento de custos de reparação ambiental, que podem ser substanciais, bem como responsabilidades civis, administrativas e criminais.

Embora tenhamos orçado para despesas futuras de capital e operacionais para manter a conformidade com as leis e regulamentações ambientais, não podemos garantir que não incorreremos em responsabilidade ambiental substancial ou que as leis e regulamentações ambientais aplicáveis não mudarão ou se tornarão mais rigorosas no futuro e, consequentemente, afetar negativamente nossos resultados operacionais.

(c) Principais eventos ocorridos em 2021 e 2020

Impactos COVID-19

O surto do novo coronavírus (SARS-CoV-2), ou COVID-19, em escala global aumentou a volatilidade dos mercados nacional e internacional e vem afetando as economias dos países nos quais atuamos e, consequentemente, os resultados de nossas operações. A resposta à pandemia da COVID-19 desenvolveu-se rapidamente em todo o globo, de maneira fluida e incerta; além de quarentenas voluntárias e, em alguns casos, obrigatórias, foram também determinadas paralisações e restrições à viagens e atividades comerciais, sociais, dentre outras, bem como a proibição de distribuição, venda e consumo de bebida alcoólica em alguns países em que operamos, afetando diretamente nossa capacidade de comercialização e disponibilização de produtos e a demanda final dos consumidores pelos nossos produtos.

O impacto da pandemia em nossas operações e as restrições impostas por cada governo como resposta geraram, principalmente a partir de março de 2020, mudanças significativas na dinâmica de mercado tanto no canal de vendas *off-trade*, composto por supermercados e semelhantes, quanto no canal *on-trade*, composto por bares e restaurantes. Nos países que apresentam maior nível de renda, mercado de cerveja mais maduro e maior peso do canal de vendas *off-trade*, como o Canadá, o impacto negativo sobre o volume de vendas tem sido menor. Já nos países com menor nível de renda e menor maturidade do mercado de cerveja, a tendência do volume varia de acordo com a segmentação do mercado entre os canais *on-trade* e *off-trade*, de modo que observamos maior redução de volume quanto maior for o peso do canal *on-trade*. Em todos os casos, quanto mais severas as restrições à comercialização e consumo de nossos produtos, maior a redução de volume, motivo pelo qual a Bolívia e o Panamá estão entre os países mais afetados. Por outro lado, observamos em todos os países em que operamos um aumento das vendas via *e-commerce*, ainda que esse canal represente somente uma pequena parcela do volume total da Companhia.

Ao longo do ano de 2021, a Companhia estava mais preparada para lidar com desafios persistentes relacionados à COVID-19 em comparação ao ano anterior. A consistência na implementação da estratégia da Companhia, em um contexto de relaxamento incipiente de restrições em algumas regiões, levou a uma gradual melhora da tendência de volume na maior parte de nossas operações, especialmente no Brasil gerando atingimentos altos de volumes e forte crescimento da receita líquida sobre bases comparáveis desafiadoras de 2020 e até mesmo 2019, onde não existia o enfrentamento da pandemia. Contudo, ainda há incerteza quanto à sua duração, à possibilidade de qualquer intervenção governamental ou à imposição de outras medidas, bem como quanto aos efeitos econômicos no mercado financeiro, taxas de câmbio, dentre outros. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. No entanto, estamos administrando com disciplina nossos recursos de liquidez e capital. Dessa forma, a administração conclui que não há dúvidas sobre a capacidade da Companhia em continuar com suas operações.

Conforme requerido pelo IAS 1/CPC 26 - *Apresentação das Demonstrações Contábeis*, a Administração da Companhia atualizou as análises sobre o impacto da pandemia de COVID-19, considerando a data-base de 31 de dezembro de 2021, que envolveu, principalmente, (i) a revisão das premissas do teste anual de *impairment*, conforme descrito na Nota 14 - *Ágio*, (ii) análise de eventuais perdas de crédito e obsolescência de estoques, (iii) análise da recuperabilidade de impostos diferidos, (iv) avaliação das estimativas relevantes utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, entre outras análises. Eventuais impactos derivados dessas análises estão refletidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e divulgados nas notas explicativas. Adicionalmente, em virtude das ações de proteção de seus funcionários e as doações realizadas, a Companhia incorreu em despesas não usuais que totalizaram, em 31 de dezembro de 2021, R\$134,3 conforme demonstrado na Nota 24 - *Itens não usuais*.

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada no dia 18 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou, nos termos do art. 30, §1º, "b", da Lei nº 6.404/76 e da Instrução CVM nº 567/15, programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia ("Programa") até o limite de 5.700.000 ações ordinárias, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. O Programa deverá se encerrar até 18 de setembro de 2022, conforme detalhado juntamente com as demais informações a seu respeito no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, elaborado nos termos do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480/09 e divulgado em 18 de março de 2021. A Companhia tem 4.357.308.131 ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM nº 567/15. A aquisição realizada no exercício de 2021, no âmbito deste Programa, foi realizada a débito da conta de reservas de capital registrada no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020. A operação foi realizada, no exercício de 2021, por meio das seguintes instituições financeiras: UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Itaú Corretora de Valores S.A..

Renegociação do acordo de acionistas da Tenedora

A Companhia e a E. León Jimenes, S.A. ("ELJ"), na qualidade de acionistas da Tenedora CND, S.A. ("Tenedora") - holding com sede na República Dominicana, titular de quase a totalidade da Cerveceria Nacional Dominicana, S.A. - celebraram, em 02 de julho de 2020, o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Tenedora ("Acordo de Acionistas"), visando estender sua parceria no país, postergando, para tanto, o prazo para exercício das opções de compra e venda previstas no referido Acordo de Acionistas. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Até 31 de dezembro de 2021 não ocorreram exercícios dessas opções. O detalhamento das premissas utilizadas para essa opção está descrito na Nota 29 (item IV (d)).

Contrato de distribuição Cerveceria Chile S.A.

Em 16 de agosto de 2020, a Cerveceria Chile S.A., subsidiária da Companhia no Chile, celebrou um contrato de distribuição de longo prazo com Embotelladora Andina S.A., Coca-Cola Emboonor S.A. e Embotelladora Iquique S.A. (as "Distribuidoras"), por meio do qual concedeu o direito às Distribuidoras de vender e distribuir certas marcas do portfólio da Companhia com exclusividade em determinadas zonas e canais de venda do Chile.

Prorrogação do contrato com PepsiCo Bolívia

O contrato de longo prazo com a PepsiCo, segundo o qual a Cerveceria Boliviana Nacional, subsidiária da Companhia na Bolívia, detém o direito exclusivo para produzir, vender e distribuir certas marcas do portfólio da PepsiCo na Bolívia, foi aditado em 1º junho de 2020, para prorrogar o prazo por mais 10 anos e para refletir determinadas alterações no acordo comercial entre as partes.

Novas aquisições

Em 22 de janeiro de 2020, adquirimos a G&W Distilling Inc., empresa que produz um portfólio de bebidas alcoólicas prontas para consumo (ready-to-drink), por meio de nossa subsidiária Labatt Brewing Company Limited.

Ao longo do ano de 2021 a Companhia realizou outras aquisições e investimentos não materiais.

Contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros - Equity Swap

Em 13 de maio de 2020 e em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Ambev aprovou a celebração de contratos de *equity swap*, sem impacto na liquidação, no prazo regulamentar, dos contratos de *equity swap* que ainda estavam em vigor na data de cada deliberação. A liquidação desses contratos de *equity swap* deveria ocorrer no prazo máximo de 18 meses a contar da data da respectiva aprovação, sendo que tais contratos poderiam acarretar exposição em até 65 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderia ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,0 bilhão, para os contratos aprovados em 13 de maio de 2020 e, 80 milhões de ações ordinárias (do qual parte ou a totalidade poderia ser por meio de ADRs), com valor limite de até R\$1,2 bilhão, para os contratos aprovados em 9 de dezembro de 2020. Os referidos contratos foram liquidados no decorrer do ano de 2021, bem como não há qualquer saldo ou pendência decorrente de *equity swap* em 31 de dezembro de 2021.

2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), em vigor em 31 de dezembro de 2021, e divulgam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela administração no desempenho de suas funções.

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas e de forma suplementar para fins de IFRS. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

(a) Base de preparação e mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhões de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado. O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

(b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

Não houve novas normas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para a preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outras normas, interpretações e alterações às normas

Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

(c) Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS e dos CPCs.

(d) Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis idênticas. Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas do grupo foram eliminadas.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando ela está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade. Na determinação de controle, potenciais direitos de voto são levados em conta. Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente para transferência do controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que esse controle deixa de existir.

A Ambev usa o método de alocação contábil do custo do investimento para registrar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o

valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido.

Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelos IFRS's ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - Combinação de Negócios é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum.

i) Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP - *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos pela controladora diferirem do custo histórico da controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

ii) Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo Imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação é prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao ICPC 07/IFRIC 17, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum, consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 e análogo ao parágrafo 33a do CPC 31 (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

(e) Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia é o real.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Conversão das demonstrações contábeis de controladas localizadas no exterior

Os ativos e passivos destas controladas são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

O ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Investimento líquido em entidade no exterior

Uma entidade pode possuir item monetário caracterizado como recebível junto a uma entidade no exterior, ou como contas a pagar à mesma, cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível e que não contempla operações comerciais normais da Companhia. O resultado de variação cambial desse item monetário deve ser registrado, inicialmente, no grupo de resultado abrangente e transferido para o resultado quando da baixa dos itens monetários que fazem parte do investimento líquido.

Demonstrações contábeis em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, que estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2021	2020	2021	2020
CAD	Dólar canadense	Canadá	4,3914	4,0791	4,2960	3,6414
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,0970	0,0891	0,0938	0,0885
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba ⁽ⁱ⁾	5,5805	5,1967	5,3687	4,9348
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,7201	0,6700	0,6954	0,6405
ARS	Peso	Argentina	0,0543	0,0618	0,0568	0,0750
BOB	Boliviano	Bolívia	0,8018	0,7467	0,7714	0,7090
PYG	Guarani	Paraguai	0,0008	0,0007	0,0008	0,0007
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1249	0,1227	0,1236	0,1218
CLP	Peso chileno	Chile	0,0066	0,0073	0,0071	0,0062
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	2,7510	2,5618	2,6465	2,4326

(i) A moeda funcional de Cuba até 31 de dezembro de 2020 era o peso cubano conversível ("CUC"). A partir de 1º de janeiro de 2021 passou a ser o peso cubano. Ambas as moedas têm paridade com o dólar ("USD") na data da demonstração contábil.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente convertíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

(g) Instrumentos financeiros e contabilização de hedge

Classificação e Mensuração

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para implementar sua estratégia e políticas de gerenciamento de risco. Derivativos são geralmente usados para mitigar o impacto de moedas estrangeiras, taxas de juros, preços de ações e preços de *commodities* no desempenho da Companhia. A política de gerenciamento de riscos financeiros da Companhia proíbe o uso de derivativos quando não relacionados ao negócio da Companhia.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Non reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

As classificações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.
- Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem remuneração de ganhos ou perdas no resultado no desconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.
- Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos derivativos e instrumentos patrimoniais que a companhia não havia classificado, no reconhecimento inicial ou transição, para classificar ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

As mensurações dos ativos financeiros da Companhia são as seguintes:

Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preços de *commodities*. Os instrumentos financeiros derivativos que embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo é o valor no qual um ativo pode ser realizado e um passivo liquidado, entre partes concededoras e dispostas a isso, em condições normais de mercado. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as variações no valor justo são reconhecidas no resultado abrangente.

A Companhia realiza derivativos de *commodities* que possuem termos críticos semelhantes ao item protegido. A Companhia aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. A efetividade do *hedge* é realizada de forma qualitativa. Sempre que os termos críticos não coincidem, a companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia.



ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Possíveis fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo. Os conceitos de *hedge* de fluxo de caixa, de investimento líquido e de valor justo são aplicados a todos os instrumentos que atendem aos requerimentos de contabilidade de *hedge* do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Contabilização de *hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é aplicável para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável, a parcela efetiva de qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente (reservas de *hedge* de fluxo de caixa) e deve ser reclassificado da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período os quais os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorrerá, os ganhos e perdas acumulados (até aquele ponto) permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima, quando a transação de proteção ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de valor justo

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou um compromisso firme, qualquer resultado (ganho ou perda) com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidas na demonstração de resultados.

Contabilização de *hedge* de investimento líquido

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes (reservas de conversão), enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

(h) Contas a receber

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia é detentora de valores a receber, com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-os, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente provisionadas.

Outros créditos são compostos principalmente por depósitos em dinheiro em garantias e recebíveis. Esses instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Quaisquer perdas por *impairment* e resultados cambiais são reconhecidos diretamente no resultado.

(i) Estoques

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocações) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal, destacamos que os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecido diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e realização da venda.

Estoques têm seu valor reduzido, quando o valor líquido de realização antecipado se torna menor que o valor contábil dos estoques. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

(j) Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Sendo que, os créditos são reconhecidos somente quando a administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável, os valores não são reconhecidos contabilmente, mas divulgados na nota 31 de Contingências em Contingências Ativas. A administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originada de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota de Contingências.

Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A partir de 1 de outubro de 2020, a política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrada na rubrica de "Outras receitas/(despesas) operacionais", excetuando-se pagamentos de anistias, cuja contabilização se mantém em resultados não recorrentes, dada sua natureza pontual.

(k) Intangíveis

Marcas

Caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

Software

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está incluída no custo das vendas, despesas de distribuição e vendas, despesas de *marketing* ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Outros intangíveis também incluem direitos de patrocínios de vários anos, adquiridos pela Companhia. Estes são inicialmente reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos futuros e subsequentemente mensurados pelo custo menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

Amortização

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos. Marcas são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Software* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados a tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 5 anos.

Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

(l) Ágio

O ágio surge na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto. O ágio é determinado como sendo o excesso entre a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados de acordo com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinações de negócios*, na respectiva data de aquisição. Todas as combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento.

Em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinações de Negócios*, o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).

Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

(m) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, impostos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo de tais ativos.

Terrenos não são depreciados visto que são considerados como de vida útil indefinida.

O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente (Nota 3 (d)).

Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. Os valores residuais, se não insignificantes, são reavaliados anualmente. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo período de seus respectivos contratos.

As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo / ativos comerciais	2 a 5 anos

As vidas úteis e os valores residuais dos ativos são revisados quando necessário.

A Administração aplica julgamentos na avaliação e determinação das vidas úteis dos ativos.

Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

Arrendamento

Os arrendamentos são reconhecidos como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento correspondente na data em que o ativo arrendado está disponível para uso pela Companhia. Cada pagamento do arrendamento é alocado entre o passivo e a despesa financeira. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento. Ativos de direito de uso são depreciados pelo menor período entre a vida útil do bem e o prazo do arrendamento, pelo método linear.

Os ativos e passivos decorrentes de um arrendamento são inicialmente mensurados a valor presente e, ao mensurar os passivos do arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos do arrendamento usando taxas incrementais de empréstimo.

Os pagamentos associados aos arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado. Os arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Ativos de baixo valor compreendem ativos com valor igual ou inferior a 5 mil dólares.

(n) Contas a pagar

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(o) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.

Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

(q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido (exceto juros sobre o capital próprio, conforme Nota 3 (u)). A despesa com imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido utilizando o método do balanço patrimonial. Isto significa que para as diferenças tributáveis e dedutíveis de natureza temporária entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos, é reconhecido o imposto diferido ativo ou passivo. De acordo com esse método, a provisão para o imposto diferido é também calculada sobre as diferenças entre o valor justo de ativos e passivos adquiridos em uma combinação de negócios e sua base fiscal. A IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro* prevê que nenhum imposto diferido passivo seja reconhecido no reconhecimento do ágio; e que nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo seja reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. O valor do imposto diferido determinado é baseado na expectativa de realização ou liquidação da diferença temporária e utiliza a taxa nominal aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, e em diferentes entidades tributáveis que pretendam ou liquidar passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O imposto diferido ativo é reconhecido somente na extensão em que é provável que haja lucros tributáveis futuros. O imposto de renda diferido ativo é reduzido na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros.

Ainda, a Companhia aplica as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*, em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro e foram questionados pelas autoridades fiscais (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa 31 - *Contingências* - Incertezas sobre tratamento de IRPJ e CSLL.

(r) Benefícios a funcionários

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada - IAPP, e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrener. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação Zerrener, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação Zerrener em caso de necessidade.

A Companhia possui planos de aposentadoria de contribuição definida e/ou de benefício definido e/ou assistência médica e odontológica para funcionários do Brasil e de subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá.

A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

r.1) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores.

As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

r.2) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários. Os valores reconhecidos no resultado do exercício compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações de plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos / liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados a reestruturação ou terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios, para alguns funcionários aposentados, não sendo concedidos tais benefícios para novas aposentadorias. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa no período de sua competência.

(s) Pagamento baseado em ações

Diferentes programas de remuneração com base em ações e opções permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Operações, Finanças e Remuneração adquiram ações da Companhia. Conforme Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

(t) Empréstimo subsidiado

A Companhia possui incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estadual na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos. Esses programas estaduais objetivam promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados.

Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos na legislação fiscal e, quando existentes, as condições referem-se a fatos sob controle da Companhia. O benefício relativo à postergação no pagamento desses impostos é registrado no resultado do exercício, com base no regime de competência.

Como as taxas de juros e/(ou) prazos destes empréstimos são vantajosos em relação a condições de mercado, tais financiamentos são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Mensalmente, considerando-se o valor da contraprestação, o período até o vencimento, a taxa do contrato de financiamento, a taxa de desconto acima mencionada, a redução no valor do ajuste a valor presente é alocada no resultado financeiro, de tal forma que na data prevista de liquidação de cada contraprestação tal ajuste seja zero.



ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(u) Patrimônio líquido

Capital social

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias.

Recuperação de ações

Quando a Companhia compra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido, na rubrica de ações em tesouraria.

Custos com emissão de ações

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor líquido, líquida de impostos.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos e juros sobre o capital próprio são registrados no passivo após aprovação em Reunião do Conselho de Administração ("RCA"), com exceção de parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

(v) Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como imobilizado, ágio e ativo intangível são revisados, no mínimo, anualmente para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício.

O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para o uso e os intangíveis de vida útil indefinida são testados para fins de redução ao valor de recuperação no mínimo anualmente no nível da unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), ou sempre que tiverem indicativos de redução do valor recuperável.

Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício. O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das unidades geradoras de caixa às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que seria determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor de recuperação tivesse sido reconhecida.

(w) Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.

Venda de produtos

A receita é mensurada com base na consideração, a qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

O reconhecimento de receita é realizado conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos
- Determinação do preço de transação
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável é incluída apenas no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não seja sujeito a reversões futuras significativas quando há incerteza.

Receitas financeiras

Receita financeira compreende juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidas de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*.

Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

(x) Despesas

Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

Despesa de royalties

Royalties pagos são registrados como custo dos produtos vendidos.

(y) Itens não usuais

Itens não usuais são aqueles que, dadas suas particularidades, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não usual, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não usuais são principalmente as atividades de reestruturação, anistias, aquisição de subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos. A partir do primeiro trimestre de 2021, a nomenclatura de itens não recorrentes foi alterada para itens não usuais.

A idade de nossas contas a receber de clientes, líquido de provisão para perdas, classificadas no ativo circulante está demonstrada como segue:

	Valor contábil em 31 de dezembro		A vencer, líquido de abatimentos		Vencidos até 30 dias		Vencidos entre 31 e 60 dias		Vencidos entre 61 e 90 dias		Vencidos entre 91 e 180 dias		Vencidos entre 181 e 360 dias		Vencidos a mais de 360 dias	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.523,1	1.950,6	1.177,4	1.624,5	42,1	45,9	15,3	10,1	11,7	4,2	9,5	13,4	13,1	14,6	239,4	252,5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271,8)	(256,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	(4,7)	(3,6)	(13,1)	(14,6)	(239,4)	(252,5)
2021	1.251,3	1.694,5	1.177,4	1.624,5	42,1	45,9	15,3	10,1	11,7	4,2	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8	4,8
Contas a receber de clientes	1.950,6	1.624,5	1.624,5	1.624,5	45,9	45,9	10,1	10,1	4,2	4,2	13,4	13,4	13,1	14,6	239,4	252,5
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(256,1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3,6)	(3,6)	(13,1)	(14,6)	(239,4)	(252,5)
2020	1.694,5	1.624,5	1.624,5	1.624,5	45,9	45,9	10,1	10,1	4,2	4,2	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8	9,8

	Valor contábil em 31 de dezembro		A vencer, líquido de abatimentos		Vencidos até 30 dias		Vencidos entre 31 e 60 dias		Vencidos entre 61 e 90 dias		Vencidos entre 91 e 180 dias		Vencidos entre 181 e 360 dias		Vencidos a mais de 360 dias	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	5.306,9	4.203,8	4.203,8	4.203,8	358,2	52,1	52,1	52,1	31,5	21,9	33,8	33,8	33,8	33,8	605,6	605,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(668,3)	(10,4)	-	-	-	-	-	-	(2,3)	(16,2)	(33,8)	(33,8)	(33,8)	(33,8)	(605,6)	(605,6)
2021	4.638,6	4.193,4	4.193,4	4.193,4	358,2	52,1	52,1	52,1	29,2	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7	5,7
Contas a receber de clientes	4.861,0	3.925,9	3.925,9	3.925,9	187,5	53,2	53,2	53,2	19,0	38,2	71,1	71,1	71,1	71,1	566,1	566,1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(676,5)	(5,8)	-	-	-	-	-	-	(4,3)	(29,2)	(71,1)	(71,1)	(71,1)	(71,1)	(566,1)	(566,1)
2020	4.184,5	3.920,1	3.920,1	3.920,1	187,5	53,2	53,2	53,2	14,7	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0	9,0

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(256,1)	(676,5)
Efeito de conversão de balanço	-	(5,2)
Provisões	(16,5)	(32,4)
Reversões	-	21,7
Baixas	0,8	24,1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(271,8)	(668,3)

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Produtos acabados	1.138,6	653,2	3.626,7	2.575,5
Produtos em elaboração	337,6	247,8	672,5	518,3
Matérias-primas e itens de consumo	2.904,0	1.932,6	5.306,2	3.513,0
Almoxarifado e outros	273,9	202,4	906,8	758,8
Adiantamentos	173,8	107,7	645,9	381,4
Provisão para perdas	(37,7)	(39,7)	(157,8)	(141,1)
	4.790,2	3.104,0	11.000,3	7.605,9

A movimentação de provisão para perdas em estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(39,7)	(141,1)
Efeito de conversão de balanço	-	(2,0)
Provisões	(91,9)	(191,6)
Baixas	93,9	176,9
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(37,7)	(157,8)

(z) Informações por segmento

As informações por segmentos são geradas com base em relatórios internos revisados, regularmente, pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, o Diretor Presidente Executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocando recursos para esses segmentos. Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato da Companhia operar em diferentes regiões. A informação de desempenho por unidades de negócios ("Cervejas" e "Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados"), embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, onde operamos duas subunidades de negócios: (i) cerveja e (ii) bebidas não alcoólicas (NAB);
- América Central e Caribe (CAC), que inclui nossas operações diretas nos seguintes países: República Dominicana, Saint Vincent, Antígua, Dominica, Cuba, Guatemala (que também serve a El Salvador, Nicarágua e Honduras), Barbados e Panamá;
- América Latina - sul (LAS), que inclui as nossas operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai; e
- Canadá, representada pelas operações da Labatt Brewing.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:

- (i) prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum (Nota 3(d));
- (ii) combinações de negócios (Nota 3 (d) e (l));
- (iii) redução ao valor de recuperação - *impairment* (Nota 3 (g) e (v));
- (iv) provisões, incluso contingências tributárias (Nota 3 (p));
- (v) pagamento baseado em ações (Nota 3 (s));
- (vi) benefícios a funcionários (Nota 3 (r));
- (vii) impostos corrente e diferido (Nota 3 (q));
- (viii) negócios em conjunto (Nota 3 (d));
- (ix) mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos (Nota 3 (g));
- (x) reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos (Nota 3 (j));
- (xi) contabilidade e evidênciação de economia altamente inflacionária (Nota 3 (e)); e
- (xii) arrendamentos (Nota 3 (m)).

O valor justo dos ativos intangíveis de vida útil indefinida adquiridos é avaliado na data de aquisição pelos fluxos de caixa futuros. A análise de *impairment* do *goodwill* e ativos intangíveis de vida útil indefinida são revisados pelo menos anualmente e sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa a qual ele foi alocado.

A Companhia aplica julgamento para selecionar alguns métodos, incluindo o método de valor justo líquido de despesas de venda e faz suposições sobre o valor justo de instrumentos financeiros que se baseiam principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estas podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	279,1	113,9	651,2	261,4
Contas correntes	95,8	79,8	4.582,9	5.860,9
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	3.423,0	4.354,1	11.393,6	10.968,0
Caixa e equivalentes de caixa	3.797,9	4.547,8	16.627,7	17.090,3
Conta garantida	-	-	-	(30,5)
Caixa e equivalentes de caixa líquido	3.797,9	4.547,8	16.597,2	17.059,8

⁽ⁱ⁾ O saldo se refere, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem o valor de R\$975 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$630 milhões em 31 de dezembro de 2020), mantidos em Cuba e Argentina, os quais não são livremente passíveis de remessa à controladora por motivos de restrições cambiais.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos de investimentos	22,9	9,2	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	1.914,6	1.700,0
Ativo circulante	22,9	9,2	1.914,6	1.700,0
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	132,2	152,4	192,9	213,9
Ativo não circulante	132,2	152,4	192,9	213,9
Total	155,1	161,6	2.107,5	1.913,9

⁽ⁱ⁾ O saldo se refere substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") atrelados aos incentivos fiscais e não possuem conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.

7. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	1.523,1	1.950,6	5.306,9	4.861,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271,8)	(256,1)	(668,3)	(676,5)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.251,3	1.694,5	4.638,6	4.184,5
Partes relacionadas (Nota 33)	1.618,2	1.796,8	153,0	118,6
Total contas a receber circulante	2.869,5	3.491,3	4.791,6	4.303,1
Contas a receber de clientes	-	-	-	-
Partes relacionadas (Nota 33)	56,8	54,3	-	-
Total contas a receber não circulante	56,8	54,3	-	



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	-	(2,5)	(2,5)	6,1	-	6,1
Benefícios a empregados	459,2	-	459,2	189,6	-	189,6
Contas a pagar	4.113,3	-	4.113,3	3.902,1	(228,9)	3.673,2
Contas a receber	14,7	-	14,7	15,8	-	15,8
Estoques	12,8	-	12,8	13,5	-	13,5
Imobilizado	-	(723,0)	(723,0)	-	(812,3)	(812,3)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(20,9)	(20,9)	-	-	-
Investimentos	-	(421,6)	(421,6)	-	(421,6)	(421,6)
Prejuízos fiscais a utilizar	112,6	-	112,6	112,6	-	112,6
Provisões	432,0	-	432,0	426,6	-	426,6
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	65,1	-	65,1	91,5	-	91,5
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(865,6)	(865,6)	-	(1.453,8)	(1.453,8)
Outros itens	1,2	(47,5)	(46,3)	-	(144,3)	(144,3)
Ativo(passivo) tributário diferido bruto	5.210,9	(2.081,1)	3.129,8	4.757,8	(3.060,9)	1.696,9
Reclassificação para apresentação líquida	(2.081,1)	-	-	(3.060,9)	-	-
Ativo(passivo) tributário diferido líquido	3.129,8	-	3.129,8	1.696,9	-	1.696,9

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	12,5	(2,5)	10,0	10,1	-	10,1
Intangível	-	(1.634,5)	(1.634,5)	-	(1.253,0)	(1.253,0)
Benefícios a empregados	1.278,2	(2,0)	1.276,2	971,2	(3,0)	968,2
Contas a pagar	4.113,3	(1,1)	4.112,2	3.917,1	(230,3)	3.686,8
Contas a receber	50,6	-	50,6	53,0	-	53,0
Derivativos	232,2	(72,4)	159,8	36,3	(118,7)	(82,4)
Empréstimos e financiamentos	-	(1,6)	(1,6)	-	(1,8)	(1,8)
Estoques	328,2	(49,1)	279,1	288,7	(67,6)	221,1
Imobilizado	645,4	(2.027,0)	(1.381,6)	430,8	(1.609,0)	(1.178,2)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(2.079,5)	(2.079,5)	-	(1.538,8)	(1.538,8)
Investimentos	-	(421,6)	(421,6)	-	(421,6)	(421,6)
Prejuízos fiscais a utilizar	1.298,8	-	1.298,8	1.739,7	-	1.739,7
Provisões	696,9	(0,2)	696,7	636,0	(1,3)	634,7
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	78,6	(0,3)	78,3	124,2	(1,6)	122,6
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.019,6)	(1.019,6)	-	(1.460,8)	(1.460,8)
Outros itens	110,3	(19,9)	90,4	79,2	(61,4)	17,8
Ativo(passivo) tributário diferido bruto	8.845,0	(7.331,3)	1.513,7	8.286,3	(6.768,9)	1.517,4
Reclassificação para apresentação líquida	(4.117,3)	-	-	(3.725,5)	-	-
Ativo(passivo) tributário diferido líquido	4.727,7	(3.214,0)	1.513,7	4.560,8	(3.043,4)	1.517,4

A Companhia realiza a reclassificação para apresentação líquida entre saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos somente quando os critérios de compensação são atingidos.

As estimativas críticas da administração, bem como os principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgados nas Notas 3 (q) e 31, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 os impostos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação por diferença temporária:

	Controladora			Consolidado		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais						
Aplicações financeiras	-	(2,5)	(2,5)	-	(2,5)	(2,5)
Benefícios a empregados	273,6	185,7	459,2	273,6	185,7	459,2
Contas a pagar	(174,9)	4.288,2	4.113,3	(174,9)	4.288,2	4.113,3
Contas a receber	12,1	2,6	14,7	12,1	2,6	14,7
Estoques	0,1	12,8	12,8	0,1	12,8	12,8
Imobilizado	(46,1)	(676,9)	(723,0)	(46,1)	(676,9)	(723,0)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(20,9)	(20,9)	-	(20,9)	(20,9)
Investimentos	-	(421,6)	(421,6)	-	(421,6)	(421,6)
Provisões	233,5	198,5	432,0	233,5	198,5	432,0
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	-	65,1	65,1	-	65,1	65,1
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(865,6)	(865,6)	-	(865,6)	(865,6)
Outros itens	-	(46,3)	(46,3)	-	(46,3)	(46,3)
Total	298,3	2.719,1	3.017,2	298,3	2.719,1	3.017,2

	Controladora			Consolidado		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Imposto diferido não relacionado com prejuízos fiscais						
Aplicações financeiras	-	10,0	10,0	-	10,0	10,0
Intangível	(1,5)	(1.633,0)	(1.634,5)	(1,5)	(1.633,0)	(1.634,5)
Benefícios a empregados	309,4	966,8	1.276,2	309,4	966,8	1.276,2
Contas a pagar	(176,0)	4.288,2	4.112,2	(176,0)	4.288,2	4.112,2
Contas a receber	37,3	13,3	50,6	37,3	13,3	50,6
Derivativos	(122,9)	282,7	159,8	(122,9)	282,7	159,8
Empréstimos e financiamentos	(1,6)	-	(1,6)	(1,6)	-	(1,6)
Estoques	291,9	(12,8)	279,1	291,9	(12,8)	279,1
Imobilizado	(11,0)	(1.370,6)	(1.381,6)	(11,0)	(1.370,6)	(1.381,6)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	(151,2)	(1.928,3)	(2.079,5)	(151,2)	(1.928,3)	(2.079,5)
Investimentos	-	(421,6)	(421,6)	-	(421,6)	(421,6)
Provisões	383,3	313,4	696,7	383,3	313,4	696,7
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) (Arrendamentos)	0,1	78,2	78,3	0,1	78,2	78,3
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(1.019,6)	(1.019,6)	-	(1.019,6)	(1.019,6)
Outros itens	86,6	3,8	90,4	86,6	3,8	90,4
Total	644,4	(429,5)	214,9	644,4	(429,5)	214,9

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, segundo a realidade dos anos passados e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localiza, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2021	2021	2021
2022	-	179,6	-	179,6
2023	-	225,6	-	225,6
2024	-	112,7	-	112,7
2025	-	112,6	-	112,6
2026 a 2028	-	120,4	-	120,4
2029 a 2030	-	406,8	-	406,8
2030 a 2031 ⁽¹⁾	-	56,8	-	56,8
Total	112,6	1.298,8	112,6	1.298,8

⁽¹⁾ Não existe expectativa de realização que ultrapasse o prazo de 10 anos. Em 31 de dezembro de 2021, o crédito tributário relacionado aos prejuízos fiscais no valor de R\$1.055,6 no Consolidado (R\$970,0 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) não foi registrado, já que sua realização não é provável.

A maioria destes prejuízos fiscais não tem prazo de prescrição, e o prejuízo fiscal a compensar relacionado ao crédito equivale a R\$4.122,5 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$3.879,8 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Valores reconhecidos diretamente na controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.696,9	-	1.696,9	1.517,4
Reconhecimento integral de ganhos/(perdas) atuariais	(30,7)	(85,9)	(116,6)	(116,6)
Hedge de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(99,7)	-	(99,7)	(99,7)
Hedge de fluxo de caixa - ganhos/(perdas)	22,8	(262,7)	(239,9)	(239,9)
Ganhos/(perdas) na conversão de demais operações no exterior	456,4	(58,4)	398,0	398,0
Reconhecido no resultado abrangente	348,8	(407,0)	(58,2)	(58,2)
Reconhecido no resultado	1.084,1	-	1.084,1	632,0
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	-	407,0	407,0	(577,5)
Reconhecidas no grupo de imposto diferido	-	-	-	(256,1)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(256,1)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	407,0	407,0	-
Equivalência patrimonial	-	407,0	407,0	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	-	-	-	(321,4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.129,8	-	3.129,8	1.513,7

11. INVESTIMENTOS

a) Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	82.132,6	66.193,4	82.132,6	66.193,4
Participação nos resultados de controladas e coligadas	7.188,1	3.751,8	7.188,1	3.751,8
Dividendos recebidos e a receber	(4.472,8)	(1.462,6)	(4.472,8)	(1.462,6)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽¹⁾	3.135,3	10.657,7	3.135,3	10.657,7
Ganhos/(perdas) atuariais	338,3	(230,2)	338,3	(230,2)
Reserva de hedge em controladas	525,5	190,3	525,5	190,3
Pagamento baseado em ações em controladas	64,6	33,0	64,6	33,0
Aporte/(redução) de capital em controladas	(3.939,4)	1.682,5	(3.939,4)	1.682,5
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽²⁾	2.063,7	1.344,9	2.063,7	1.344,9
Outros	(43,7)	(28,2)	(43,7)	(28,2)
Saldo no final do exercício	86.992,2	82.132,6	86.992,2	82.132,6

⁽¹⁾ Efeito líquido da valorização dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

⁽²⁾ Efeito da hiperinflação da rubrica de Lucros Acumulados na investida.

Informações sobre controladas diretas e em conjunto:

Controlada	Participação %	% no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽¹⁾	investimento	Resultado		Resultado da equivalência patrimonial ⁽²⁾
						Total do exercício ajustado	Resultado da equivalência patrimonial ⁽²⁾	
Ambev Luxemburgo ⁽¹⁾	100,00%	100,00%	44.722,1	6.704,2	51.425,7	2.903,6	2.920,9	
Arosuco ⁽¹⁾	100,00%	100,00%	6.601,1	-	6.135,3	2.131,4	2.111,8	
B.Blend	50,00%	50,00%	48,3	102,9	127,0	(23,4)	(11,7)	
Bebidas Fantásticas	100,00%	100,00%	100,2	-	100,2	(35,7)	(35,7)	
Cachoeiras de Macacu	-	-	-	199,6	199,6	-	-	
Cerveceria Nacional S de R.L.	100,00%	100,00%	3.442,5	-	3.442,5	215,1	215,1	
Cervejaria ZX S.A. ⁽¹⁾	100,00%	100,00%	148,5	-	143,4	(74,1)	(76,3)	
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	2.373,1	-	0,3	767,4	0,1	
Dahlen S.A.	100,00%	100,00%	38,7	-	38,7	(0,1)	(0,1)	
Hohneck S.A.	100,00%	100,00%	5,2	-	5,1	(1,0)	(1,0)	
Jalua	100,00%	100,00%	8.004,7	-	8.004,7	947,8	947,8	
Lizar	100,00%	100,00%	70,4	-	70,4	1,2	1,2	
Maltaria Pampa S.A. ⁽¹⁾	60,00%	100,00%	3.818,1	76,8	2.320,8	280,0	141,3	
Monthiers	-	-	-	13,1	13,1	-	-	
R P O	100,00%	100,00%	79,9	-	79,9	(30,7)	(30,7)	
Tenedora ⁽¹⁾	80,61%	85,00%	3.664,6	4.892,7	7.919,0	1.251,4	1.005,4	
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente	-	-	-	-	6.966,5	-	-	
Total					86.992,2		7.188,1	

⁽¹⁾ Refere-se à realocação de ágios e marcas para o investimento;

⁽²⁾ Alguns valores podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação devido aos lucros não realizados entre empresas do grupo;

⁽³⁾ O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$15,3, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

Controlada	Participação %	% no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽¹⁾	investimento
------------	----------------	----------------------	--------------------	---------------------	--------------



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso:

	Controladora			
	Máquinas e Imóveis	equipamentos	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	519,6	1.048,4	50,8	1.618,8
Adições	30,6	115,2	25,0	170,8
Saldo em 31 de dezembro de 2020	550,2	1.163,6	75,8	1.789,6
Adições	296,2	742,1	38,6	1.076,9
Baixas	(172,5)	(662,8)	(71,7)	(907,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	673,9	1.242,9	42,7	1.959,5
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(151,2)	(386,0)	(15,3)	(552,5)
Depreciação	(87,3)	(336,3)	(40,1)	(463,7)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(238,5)	(722,3)	(55,4)	(1.016,2)
Depreciação	(186,9)	(297,6)	(24,1)	(508,6)
Baixas	106,1	519,6	61,9	687,6
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(319,3)	(500,3)	(17,6)	(837,2)
Valor contábil:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	311,7	441,3	20,4	773,4
Saldo em 31 de dezembro de 2021	354,6	742,6	25,1	1.122,3

	Consolidado			
	Máquinas e Imóveis	equipamentos	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.339,8	1.865,1	156,2	3.361,1
Efeito de conversão de balanço	131,8	8,2	9,3	149,3
Adições	321,8	32,6	12,2	366,6
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(1,8)	—	(2,2)	(4,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.791,6	1.905,9	175,5	3.873,0
Efeito de conversão de balanço	51,8	4,0	6,3	62,1
Adições	803,9	1.409,6	71,2	2.284,7
Baixas	(312,4)	(1.327,8)	(122,7)	(1.762,9)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(27,7)	(76,5)	90,2	(14,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.307,2	1.915,2	220,5	4.442,9
Depreciação				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(494,5)	(756,9)	(81,1)	(1.332,5)
Efeito de conversão de balanço	(40,9)	(4,5)	(3,9)	(49,3)
Depreciação	(280,7)	(256,5)	(43,4)	(580,6)
Transferências (de) para outras categorias de ativos	3,2	—	1,7	4,9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(812,9)	(1.017,9)	(126,7)	(1.957,5)
Efeito de conversão de balanço	(19,3)	(1,5)	(3,6)	(24,4)
Depreciação	(476,3)	(489,4)	(58,7)	(1.024,4)
Baixas	205,8	794,9	109,6	1.110,3
Transferências (de) para outras categorias de ativos	1,5	43,1	(31,2)	13,4
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.101,2)	(670,8)	(110,6)	(1.882,6)
Valor contábil:				
Saldo em 31 de dezembro de 2020	978,7	888,0	48,8	1.915,5
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.206,0	1.244,4	109,9	2.560,3

	Consolidado			
	Máquinas e Imóveis	equipamentos	Outros	Total
Contratos por prazo e taxa de desconto				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.339,8	1.865,1	156,2	3.361,1
Efeito de conversão de balanço	131,8	8,2	9,3	149,3
Adições	321,8	32,6	12,2	366,6
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(1,8)	—	(2,2)	(4,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.791,6	1.905,9	175,5	3.873,0
Efeito de conversão de balanço	51,8	4,0	6,3	62,1
Adições	803,9	1.409,6	71,2	2.284,7
Baixas	(312,4)	(1.327,8)	(122,7)	(1.762,9)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(27,7)	(76,5)	90,2	(14,0)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.307,2	1.915,2	220,5	4.442,9

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto às instituições financeiras. A tabela a seguir evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.	
	2021	2020
2021-2025	7,29%	10,54%
2026-2030	9,78%	8,19%
2031-2035	14,47%	10,97%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento nas operações ocorridas no Brasil, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31 de dezembro de 2021	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.117,8	1.797,6
PIS/COFINS potencial (9,25%)	195,9	166,3
	2.313,7	1.963,9

Divulgações adicionais requeridas pela CVM

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP no 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	2022	2023	2024	2025	2026
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.943,0	1.434,7	1.036,8	772,8	660,6
Fluxo com projeção de inflação	2.063,5	1.526,4	1.101,0	818,4	689,4
Variação	6%	6%	6%	6%	4%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.898,9	1.425,8	1.062,6	780,0	621,0
Fluxo com projeção de inflação	2.017,6	1.513,1	1.121,1	821,1	646,8
Variação	6%	6%	6%	5%	4%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	140,4	102,1	66,3	50,0	37,3
Fluxo com projeção de inflação	149,4	108,8	70,6	53,1	39,4
Variação	6%	6%	7%	6%	6%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	690,2	648,6	614,3	523,1	548,1
Fluxo com projeção de inflação	722,5	679,7	643,2	545,7	569,3
Variação	5%	5%	5%	4%	4%

13. INTANGÍVEL

	Controladora			
	Contratos de exclusividade	Software	Outros	Total
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.461,2	1.283,8	134,9	3.879,9
Adições	168,7	—	30,0	198,7
Alienação	(0,6)	—	—	(0,6)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	56,3	170,8	—	227,1
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.685,6	1.454,6	164,9	4.305,1
Alienação	—	(9,6)	—	(9,6)
Transferências de (para) outras categorias de ativos	—	349,8	(30,0)	319,8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.685,6	1.794,8	134,9	4.615,3
Contratos de exclusividade				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.124,9)	(774,2)	(88,5)	(2.987,6)
Amortização	(234,1)	(159,1)	—	(393,2)
Alienação	0,1	—	—	0,1
Transferências (de) para outras categorias de ativos	—	1,3	—	1,3
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(2.358,9)	(932,0)	(88,5)	(3.379,4)
Amortização	(58,2)	(187,3)	—	(245,5)
Alienação	—	8,9	—	8,9
Transferências (de) para outras categorias de ativos	—	0,1	—	0,1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(2.417,1)	(1.110,3)	(88,5)	(3.615,9)
Valor contábil:				
31 de dezembro de 2020	326,7	522,6	76,4	925,7
31 de dezembro de 2021	268,5	684,5	46,4	999,4

	Consolidado			
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros
Custo de aquisição				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.744,2	2.956,3	1.801,2	663,3
Efeito de conversão de balanço	646,7	75,3	40,6	73,4
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	348,2	28,5	85,3	203,8
Adições	9,1	168,7	20,2	72,8
Alienação	—	(0,6)	(0,5)	—
Aquisição por meio de combinação de negócios	27,6	—	—	—
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(122,5)	56,3	291,4	87,5
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.653,3	3.284,5	2.238,2	1.100,8
Efeito de conversão de balanço	123,7	16,3	(20,9)	(4,6)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	622,0	56,1	103,8	149,1
Adições	—	—	26,0	340,1
Alienação	(31,0)	—	(13,4)	—
Transferências de (para) outras categorias de ativos	(39,0)	(8,5)	625,3	(206,9)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.329,0	3.348,4	2.959,0	1.378,5

	Contratos de exclusividade				Software	Outros	Total
	Marcas	Contratos de exclusividade	Software	Outros			
Amortização e perdas de redução ao valor de recuperação							
Saldo em 31 de dezembro de 2019	—	(2.328,6)	(1.131,1)	(398,9)	(3.858,6)		
Efeito de conversão de balanço	—	6,8	(25,6)	(33,4)	(52,2)		
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	(28,4)	(57,7)	(191,0)	(277,1)		
Amortização	—	(234,2)	(247,3)	(30,2)	(511,7)		
Alienação	—	—	0,5	—	0,5		
Transferências (de) para outras categorias de ativos	—	—	2,9	—	2,9		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	—	(2.584,4)	(1.458,3)	(653,5)	(4.696,2)		
Efeito de conversão de balanço	—	13,1	15,1	20,7	48,9		
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	(56,0)	(83,8)	(139,7)	(279,5)		
Amortização	—	(58,4)	(299,7)	(46,8)	(404,9)		
Alienação	—	—	14,1	—	14,1		
Transferências (de) para outras categorias de ativos	—	8,5	(16,7)	(0,1)	(8,3)		
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	(2.677,2)	(1.829,3)	(819,4)	(5.325,9)		
Valor contábil:							
31 de dezembro de 2020	5.653,3	700,1	779,9	447,3	7.580,6		
31 de dezembro de 2021	6.329,0	671,2	1.129,7	559,1	8.689,0		

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas da indústria de cerveja do mundo. Consequentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo quando da aquisição de subsidiárias são consideradas como de vida útil indefinida. As principais marcas reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai e Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2021	2020
Argentina	1.917,1	1.523,0
Bolívia	956,7	890,9
Brasil	—	3,3
Canadá	235,2	218,5
Chile	84,8	94,4
Luxemburgo	339,6	339,6
Paraguai	616,3	568,4
República Dominicana	1.670,4	1.534,9
Panamá	383,8	357,4
Uruguai	125,1	122,9
	6.329,0	5.653,3

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa com base na mesma abordagem descrita na Nota 14 - *Ágio*.

14. ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial	281,9	281,9	40.023,5	35.009,9
Efeito de conversão de balanço	—	—	1.255,3	4.006,9
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	—	—	1.092,4	605,4
Aquisição, adição, (baixa) e permuta de subsidiárias	—	—	40,1	401,3
Saldo final	281,9	281,9	42.411,3	40.023,5

O valor do ágio foi alocado às seguintes unidades geradoras de caixa ("UGCs"):

Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Brasil	281,9			

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos bancários com garantia ⁽ⁱ⁾	54,7	1.755,3	72,8	1.940,8
Empréstimos bancários sem garantia ⁽ⁱⁱ⁾	1,1	1,2	84,1	246,7
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	-	108,6	-	108,6
Outros empréstimos sem garantia	37,3	36,7	37,2	36,7
Arrendamentos	284,8	198,8	653,0	406,0
Passivo circulante	377,9	2.100,6	847,1	2.738,8
Empréstimos bancários com garantia	174,2	228,9	174,3	238,4
Empréstimos bancários sem garantia	-	1,1	-	1,1
Outros empréstimos sem garantia	92,8	99,0	92,9	98,9
Arrendamentos	875,5	690,6	1.986,3	1.715,1
Passivo não circulante	1.142,5	1.019,6	2.253,5	2.053,5

⁽ⁱ⁾ No segundo trimestre de 2020, a Administração da Ambev aprovou a contratação de empréstimos com o objetivo de financiar o seu capital de giro e que foram integralmente liquidados em 2021.

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e o cronograma de desembolsos estão divulgadas na Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

	Controladora					
	Taxa média ao ano		2021		Taxa média ao ano	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI)	-	-	-	3,90%	850,0	-
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	-	-	-	9,33%	11,6	149,6
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,06%	37,3	92,9	4,54%	36,7	99,0
Dívida em Reais - taxa fixa	7,12%	340,6	1.049,6	5,42%	1.202,3	771,0
Total		377,9	1.142,5		2.100,6	1.019,6

	Consolidado					
	Taxa média ao ano		2021		Taxa média ao ano	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Instrumentos de Dívida						
Dívida denominada em USD taxa fixa	13,12%	17,5	-	14,00%	4,9	-
Dívida Reais taxa flutuante (CDI e DI)	11,56%	83,0	-	3,90%	851,3	1,1
Outras moedas latino-americanas taxa fixa	11,34%	48,7	177,3	8,11%	436,3	153,7
Dívida denominada em CAD taxa fixa	2,49%	91,6	339,2	3,50%	64,9	277,7
Dívida Reais taxa flutuante (TJLP e TR)	-	-	-	9,33%	11,6	149,6
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	5,06%	37,3	92,9	4,54%	36,7	99,0
Dívida em Reais - taxa fixa	7,33%	569,0	1.644,1	5,42%	1.333,1	1.372,4
Total		847,1	2.253,5		2.738,8	2.053,5

Reconciliação de passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.100,6	1.019,6
Proventos de empréstimos	-	155,2
Liquidação de empréstimos	(1.932,8)	-
Transferência entre circulante e não circulantes	729,7	(729,7)
Novos contratos de arrendamento	-	849,9
Juros de arrendamentos	74,1	-
Pagamentos de arrendamentos	(386,4)	-
Outros movimentos	(207,3)	(152,5)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	377,9	1.142,5

	Consolidado	
	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.738,8	2.053,5
Proventos de empréstimos	160,1	155,2
Liquidação de empréstimos	(2.454,0)	-
Varição cambial	26,2	32,0
Transferência entre circulante e não circulantes	1.361,7	(1.361,7)
Novos contratos de arrendamento	41,8	1.538,4
Juros de arrendamentos	145,3	-
Pagamentos de arrendamentos	(808,5)	-
Outros movimentos	(364,3)	(163,9)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	847,1	2.253,5

Cláusulas contratuais (Covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, as dívidas da Companhia tinham direitos iguais de pagamento, não havendo subordinação entre elas. Exceção feita às linhas de crédito FINAME contratadas pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), onde foram prestadas garantias reais sobre os ativos adquiridos com o crédito concedido, os demais empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantia pessoal ou são sem garantia. A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: *covenants* financeiros, incluindo limitação a novos endividamentos; garantia da existência da Companhia; manutenção, em uso ou em boas condições de uso para o negócio, dos ativos da Companhia; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais; não constituição de garantias reais em novas dívidas contratadas, exceto se: (i) expressamente autorizado nos termos do contrato; ou (ii) em novas dívidas contratadas perante instituições financeiras ligadas ao governo brasileiro - incluindo o BNDES - ou governos estrangeiros, sejam estas instituições financeiras multilaterais (ex. Banco Mundial) ou localizadas em jurisdições em que a Companhia exerça suas atividades.

Adicionalmente, os financiamentos contratados perante o BNDES estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES" ("Disposições"). De acordo com referidas Disposições, os tomadores de empréstimos, como a Companhia, não poderão, sem a prévia anuência do BNDES, por exemplo: (i) assumir novas dívidas (exceto as previstas em referidas Disposições); (ii) conceder preferência a outros créditos; e/ou (iii) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente (exceto nos casos previstos em referidas Disposições).

Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A dependência da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato. Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas, pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia atendeu todos os compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

17. PROVISÕES

(a) Movimentação das provisões

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	174,5	35,3	(15,2)	(26,4)	168,2
Trabalhistas	79,3	132,1	(108,5)	(16,9)	86,0
Cíveis	44,1	142,7	(113,6)	(10,8)	62,4
Demais tributos	81,3	7,6	(7,0)	(0,5)	81,4
Total de provisão para disputas e litígios	379,2	317,7	(244,3)	(54,6)	398,0

	Controladora				
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para disputas e litígios					
Impostos sobre vendas	168,2	194,8	(56,3)	(100,2)	206,5
Trabalhistas	86,0	123,9	(113,8)	(16,8)	79,3
Cíveis	62,4	104,7	(60,3)	(29,8)	77,0
Demais tributos	81,4	12,1	(3,3)	(4,7)	85,5
Total de provisão para disputas e litígios	398,0	435,5	(233,7)	(151,5)	448,3

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	182,3	0,2	49,3	(17,2)	(30,5)	184,1
Trabalhistas	120,1	(0,1)	174,0	(142,2)	(21,9)	129,9
Cíveis	64,0	(0,8)	167,3	(132,2)	(11,5)	86,8
Demais tributos	105,9	1,0	58,2	(8,0)	(0,4)	156,7
Total de provisão para disputas e litígios	472,3	0,3	448,8	(299,6)	(64,3)	557,5
Reestruturação	8,7	2,9	7,1	-	(4,2)	14,5
Total das provisões	481,0	3,2	455,9	(299,6)	(68,5)	572,0

	Consolidado					
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito das variações nas taxas de câmbio	Provisões constituídas	Provisões utilizadas	Provisões revertidas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Provisão para disputas e litígios						
Impostos sobre vendas	184,1	-	198,5	(57,3)	(106,7)	218,6
Trabalhistas	129,9	(0,8)	163,1	(147,2)	(20,8)	124,2
Cíveis	86,8	(2,2)	273,9	(71,8)	(33,8)	252,9
Demais tributos	156,7	2,0	14,6	(5,2)	(5,1)	163,0
Total de provisão para disputas e litígios	557,5	(1,0)	650,1	(281,5)	(166,4)	758,7
Reestruturação	14,5	1,2	6,8	(5,1)	-	17,4
Total das provisões	572,0	0,2	656,9	(286,6)	(166,4)	776,1

(b) Expectativa de desembolso

	Controladora				Consolidado			
	2021		2020		2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para disputas e litígios								
Impostos sobre vendas	63,9	142,6	41,1	127,1	55,4	163,2	42,6	141,5
Trabalhistas	24,5	54,8	19,7	66,3	28,0	96,2	28,2	101,7
Cíveis	23,8	53,2	14,3	48,1	58,8	194,1	24,0	62,8
Demais tributos	26,5	59,0	18,6	62,8	20,9	142,1	19,0	137,7
Total de provisão para disputas e litígios	138,7	309,6	93,7	304,3	163,1	595,6	113,8	443,7
Reestruturação	-	-	-	-	9,2	8,2	11,1	3,4
Total das provisões	138,7	309,6	93,7	304,3	172,3	603,8	124,9	447,1

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis.

(c) Principais processos com perda provável:

(c.1) Impostos sobre vendas

A Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos de ICMS, IPI, PIS e COFINS. Estes processos envolvem compensações, suposta insuficiência de recolhimento de imposto, creditamentos, entre outros.

(c.2) Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, incluindo de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

(c.3) Cíveis

A Companhia está envolvida em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-distribuidores, principalmente no Brasil, os quais se referem em sua maioria a pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Os processos com probabilidades possíveis estão divulgados na Nota 31 - *Contingências*.

18. BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina benefícios pós-emprego como aposentadoria, assistência médica, odontológica e entre outros para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço dos mesmos. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição dos mesmos.

Os benefícios pós-emprego de aposentadoria são administrados através de fundos de pensão, e são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido.

Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2021, a Companhia contribuiu com R\$74,1(R\$61,1 durante o exercício de 2020) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. Uma vez que as contribuições foram pagas, a Companhia não tem mais obrigações.

Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2021, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor presente das obrigações custeadas	(1.660,2)	(1.824,2)	(7.354,3)	(7.582,0)
Valor justo dos ativos do plano	1.832,1	1.944,9	5.638,0	5.533,3
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	171,9	120,7	(1.716,3)	(2.048,7)
Valor presente das obrigações não custeadas	(231,3)	(281,2)	(1.165,4)	(1.195,6)
Valor presente das obrigações líquidas	(59,4)	(160,5)	(2.881,7)	(3.244,3)
Teto de ativo (<i>"asset ceiling"</i>)	(180,1)	(160,6)	(180,1)	(160,5)
Passivos	(239,5)	(321,1)	(3.061,8)	(3.404,8)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(71,1)	(77,2)	(104,3)	(105,5)
Total dos benefícios a funcionários	(310,6)	(398,3)	(3.166,1)	(3.510,3)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial	(313,0)	(402,6)	(3.194,0)	(3.543,9)
Passivos	2,4	4,3	27,9	33,6
Passivos líquidos	(310,6)	(398,3)	(3.166,1)	(3.510,3)

As mudanças no valor presente das obrigações de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(2.105,4)	(2.052,2)	(8.777,6)	(6.845,0)
Custo de serviços	(7,6)	(8,0)	(58,0)	(51,4)
Custo de juros	(139,6)	(142,8)	(324,3)	(339,4)
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	-	40,9	3,6	44,1
Contribuições dos participantes do plano	-	-	(6,9)	(6,1)
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas geográficas	52,0	70,1	52,3	54,5
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	380,9	53,3	726,8	(443,6)
Ajustes de experiência	(228,3)	(203,7)	(213,0)	(180,9)
Reclassificações	-	-	(1,0)	-
Efeito de variação cambial	-	-	(495,3)	(1.531,7)
Benefícios pagos	156,5	137,0	573,7	521,9
Obrigação com benefícios definidos em 31 de dezembro	(1.891,5)	(2.105,4)	(8.519,7)	

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Volatilidade do ativo

Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que desses rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que provavelmente superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.

Mudanças nos rendimentos de títulos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.

Risco de inflação

Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.

Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

Estratégia de investimento

No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada. As sensibilidade das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhões de reais	Controladora			
	2021		2020	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Custos com planos de saúde	100 pontos base (74,1)	62,9	(100,3)	84,1
Taxa de desconto	50 pontos base 86,5	(92,0)	110,7	(120,2)
Aumento de salário futuro	50 pontos base (12,4)	11,6	(18,0)	16,7
Longevidade	Um ano (66,1)	65,1	(77,6)	76,1

Em milhões de reais	Consolidado			
	2021		2020	
	Aumento	Redução	Aumento	Redução
Custos com planos de saúde	100 pontos base (114,7)	98,6	(139,4)	118,6
Taxa de desconto	50 pontos base 442,0	(470,3)	461,0	(492,6)
Aumento de salário futuro	50 pontos base (19,8)	18,6	(24,3)	23,3
Longevidade	Um ano (287,6)	279,5	(295,6)	287,1

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	2021		2020	
	Cotado	Não-cotado	Total	Total
Títulos públicos	33%	– 33%	33%	– 33%
Outros	67%	– 67%	67%	– 67%

	Consolidado			
	2021		2020	
	Cotado	Não-cotado	Total	Total
Títulos públicos	43%	– 43%	52%	– 52%
Títulos corporativos	10%	– 10%	6%	– 6%
Instrumentos patrimoniais	15%	– 15%	6%	– 6%
Caixa	6%	– 6%	1%	– 1%
Outros	26%	– 26%	35%	– 35%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$25,7 na Controladora e R\$382,9 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2022.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

	2021		2020	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais
No início do exercício	15.735,1	57.899,1	15.733,6	57.866,8
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	9,3	143,4	1,5	32,3
No final do exercício⁽ⁱⁱ⁾	15.744,4	58.042,5	15.735,1	57.899,1

⁽ⁱ⁾ Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações.

⁽ⁱⁱ⁾ O capital social encontra-se com ações totalmente subscritas e integralizadas.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial							
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3.583,4	645,1	(1.221,0)	(50,2)	14,5	156,1	(75.402,4)	(72.274,5)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	7.493,1	–	–	–	–	–	–	7.493,1
Hedge de fluxo de caixa	–	99,4	–	–	–	–	–	99,4
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	(252,3)	–	–	–	–	(252,3)
Resultado abrangente do exercício	7.493,1	99,4	(252,3)	–	–	–	–	7.340,2
Opções concedidas sobre participação em controlada	–	–	–	45,2	(82,6)	–	–	(37,4)
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	0,4	–	–	0,4
Imposto sobre dividendos fictos	–	–	–	–	(5,9)	–	–	(5,9)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	–	–	–	–	–	–	(11,8)	(11,8)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.076,5	744,5	(1.473,3)	(5,0)	(73,6)	156,1	(75.414,2)	(64.989,0)
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	2.449,7	–	–	–	–	–	–	2.449,7
Hedge de fluxo de caixa	–	480,8	–	–	–	–	–	480,8
Ganhos/(perdas) atuariais	–	–	341,8	–	–	–	–	341,8
Resultado abrangente do exercício	2.449,7	480,8	341,8	–	–	–	–	3.272,3
Opções concedidas sobre participação em controlada	–	–	–	(1,9)	–	–	–	(1,9)
Ganhos/(perdas) de participação	–	–	–	–	(46,2)	–	–	(46,2)
Imposto sobre dividendos fictos	–	–	–	–	(1,7)	–	–	(1,7)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	–	–	–	–	–	–	(11,8)	(11,8)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	13.526,2	1.225,3	(1.131,5)	(6,9)	(121,5)	156,1	(75.426,0)	(61.778,3)

(d.1) Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

(d.2) Reservas de hedge de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

(d.3) Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, consequentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos tempestivamente com base na melhor estimativa obtida pela Administração. Desta forma, a Companhia reconhece mensalmente, os resultados quanto a estas estimativas de ganhos e perdas atuariais, com base nas expectativas apresentadas no laudo atuarial independente.

Em março de 2021, em decorrência de déficit no plano de benefício definido, uma perda atuarial de R\$56,9 foi registrada integralmente na rubrica de ganhos e perdas atuariais em contrapartida ao saldo a receber originalmente registrado. Não houve ganho ou perda atuarial decorrentes de superávit ou déficit em 2020.

(d.4) Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 (R3) - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições equivalentes de mercado e com efetivo desdobramento de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

(e) Lucro por ação

Lucro por ação básico e diluído das opções de ações e ações diferidas

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações e ações diferidas é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Ambev, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

(b) Reservas de capital

	Reservas de capital				
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(955,2)	53.662,8	700,9	1.403,0	54.811,5
Aumento de capital	–	–	–	(32,3)	(32,3)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	13,5	–	–	–	13,5
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	192,9	192,9
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(941,7)	53.662,8	700,9	1.563,6	54.985,6
Aumento de capital	(60,0)	–	–	(74,4)	(134,4)
Compra de ações e resultado de ações em tesouraria	(36,1)	–	–	–	(36,1)
Pagamentos baseados em ações	–	–	–	372,1	372,1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.037,8)	53.662,8	700,9	1.861,3	55.187,2

(b.1) Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros.

Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/Alienação		Resultado sobre ações em tesouraria		Total ações em tesouraria	
	Milhões de ações ordinárias	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais	Milhões de reais
Saldo em 01 de janeiro de 2020	3,6	(68,2)	(887,0)	(887,0)	(955,2)	(955,2)
Alterações no exercício	(3,4)	65,0	(51,5)	–	13,5	–
Saldo em 31 de dezembro de 2020	0,2	(3,2)	(938,5)	(938,5)	(941,7)	(941,7)
Alterações no exercício	5,6	(95,1)	(1,0)	–	(96,1)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5,8	(98,3)	(939,5)	(939,5)	(1.037,8)	(1.037,8)

(b.2) Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

(b.3) Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de remuneração baseada em ações e opções de compra de ações permitem que os executivos adquiram ações da Companhia.

A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$323,0 na Controladora e R\$387,6 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$171,0 na Controladora e R\$208,7 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*).

(c) Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2020	10.798,1	4,5	10.071,6	20.874,2
Reserva de incentivos fiscais	–	–	1.332,8	1.332,8
Reserva de investimentos	3.713,0	–	–	3.713,0
Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.511,1	4,5	11.404,4	25.920,0
Reserva de incentivos fiscais	–	–	1.423,5	1.423,5
Reserva de investimentos	3.848,1	–	–	3.848,1
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.359,2	4,5	12.827,9	31.191,6

(c.1) Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição de reserva de investimentos para que essa possa suportar investimentos futuros.

(c.2) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

(c.3) Incentivos fiscais

A Companhia possui incentivos fiscais estaduais e federais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial na forma de financiamento, diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido. Esses programas objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos Estados. Nesses Estados, os prazos de carência, fruição e as reduções são previstas na legislação fiscal.

(c.4) Juros sobre o capital próprio / Dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio ("JCP"), calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com a situação financeira da Ambev. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2021:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	09/12/2021	Dividendos	30/12/2021	2021	ON	0,1334	2.099,5
RCA	09/12/2021	Juros sobre o capital próprio	30/12/2021	2021	ON	0,4702	7.400,1
							9.499,6

Eventos ocorridos durante o exercício de 2020:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	21/12/2020	Dividendos	28/01/2021	2020	ON	0,0767	1.206,9
RCA	09/12/2020	Juros sobre o capital próprio	30/12/2020	2020	ON	0,4137	6.509,5
							7.716,4



ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis - exercícios findos em:

	Brasil		CAC ⁽¹⁾		América Latina - sul ⁽²⁾		Canadá		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita líquida	35.586,5	30.196,5	9.947,4	7.319,3	16.571,7	11.560,8	10.748,7	9.302,4	72.854,3	58.379,0
Custo dos produtos vendidos	(18.309,1)	(14.112,9)	(4.727,9)	(3.307,5)	(8.235,7)	(5.937,4)	(4.387,0)	(3.708,3)	(35.659,7)	(27.066,1)
Lucro bruto	17.277,4	16.083,6	5.219,5	4.011,8	8.336,0	5.623,4	6.361,7	5.594,1	37.194,6	31.312,9
Despesas logísticas	(5.123,1)	(4.241,9)	(872,7)	(751,5)	(2.010,1)	(1.492,8)	(1.926,8)	(1.758,8)	(9.932,7)	(8.245,0)
Despesas comerciais	(3.440,3)	(3.444,1)	(693,3)	(542,4)	(1.542,9)	(1.165,6)	(1.359,0)	(1.222,5)	(7.035,5)	(6.374,6)
Despesas administrativas	(3.006,2)	(1.629,6)	(427,7)	(305,0)	(832,0)	(574,9)	(611,5)	(439,0)	(4.877,4)	(2.948,5)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.096,0	2.887,2	12,4	(23,5)	38,8	(159,9)	(23,1)	(24,4)	2.124,1	2.679,4
Itens não usuais	(210,1)	(173,8)	(46,7)	(70,5)	(115,4)	(145,7)	(20,6)	(62,0)	(392,8)	(452,0)
Lucro operacional	7.593,7	9.481,4	3.191,5	2.318,9	3.874,4	2.084,5	2.407,2	2.087,4	17.080,3	15.972,2
Resultado financeiro líquido	(858,1)	(663,9)	(80,1)	9,8	(2.177,8)	(1.731,4)	(89,4)	(49,0)	(3.205,4)	(2.434,5)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(11,7)	(7,2)	(79,7)	(4,9)	-	-	(24,3)	(31,2)	(115,7)	(43,3)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.723,9	8.810,3	3.031,7	2.323,8	1.696,6	353,1	2.307,0	2.007,2	13.759,2	13.494,4
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.953,2)	(203,1)	(1.301,7)	(713,2)	(509,4)	(118,4)	(77,8)	(72,8)	(636,6)	(1.762,5)
Lucro líquido do exercício	8.677,1	8.607,2	1.730,0	1.610,6	1.187,2	234,7	1.528,3	1.279,4	13.122,6	11.731,9
EBITDA⁽³⁾	10.564,3	12.388,7	3.789,2	2.995,0	5.071,4	3.182,6	2.936,4	2.529,8	22.361,3	21.096,1
Depreciação, amortização e impairment	(2.982,3)	(2.914,5)	(677,3)	(681,0)	(1.197,1)	(1.098,1)	(540,0)	(473,6)	(5.396,7)	(5.167,2)
Resultado financeiro líquido	(858,1)	(663,9)	(80,1)	9,8	(2.177,8)	(1.731,4)	(89,4)	(49,0)	(3.205,4)	(2.434,5)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.953,2)	(203,1)	(1.301,7)	(713,2)	(509,4)	(118,4)	(77,8)	(72,8)	(636,6)	(1.762,5)
Lucro líquido do exercício	8.677,1	8.607,2	1.730,0	1.610,6	1.187,2	234,7	1.528,3	1.279,4	13.122,6	11.731,9
Margem EBITDA em %⁽⁴⁾	29,7%	41,0%	38,1%	40,9%	30,6%	27,5%	27,3%	27,2%	30,7%	36,1%
Aquisição de imobilizado/intangível	4.645,1	3.114,9	801,6	492,3	1.665,4	621,8	565,0	463,7	7.677,1	4.692,7
Ativos segmentados	54.609,4	48.970,2	15.351,9	13.521,4	21.583,0	17.211,2	18.016,6	16.487,9	109.560,9	96.190,7
Eliminação entre segmentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.868,5)	(2.187,6)
Ativos não segmentados	-	-	-	-	-	-	-	-	31.910,1	31.193,2
Total do ativo									138.602,5	125.196,3
Passivos segmentados	27.611,2	25.032,6	5.414,4	4.114,2	7.843,6	5.156,4	6.156,5	6.256,6	47.025,7	40.559,8
Eliminação entre segmentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.869,1)	(2.187,4)
Passivos não segmentados	-	-	-	-	-	-	-	-	94.445,9	86.823,9
Total do passivo e patrimônio líquido									138.602,5	125.196,3

⁽¹⁾ CAC: compreende as operações em República Dominicana, Panamá, Guatemala, Cuba, Barbados, Saint Vincent, Dominica, Nicarágua, Honduras e Antígua.

⁽²⁾ América Latina - sul: compreende as operações na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

⁽³⁾ A partir de 2021 foi alterada a métrica de EBITDA ajustado para EBITDA, para fins de apresentação, inclusive para fins comparativos.

(b) Informações adicionais - por unidades de negócio - exercícios findos em:

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e não carbonatados		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita Líquida	30.537,1	25.953,0	5.049,4	4.243,5	35.586,5	30.196,5
Custo dos produtos vendidos	(15.382,0)	(11.941,7)	(2.927,1)	(2.171,2)	(18.309,1)	(14.112,9)
Lucro bruto	15.155,1	14.011,3	2.122,3	2.072,3	17.277,4	16.083,6
Despesas logísticas	(4.263,1)	(3.529,2)	(860,0)	(712,7)	(5.123,1)	(4.241,9)
Despesas comerciais	(3.096,2)	(3.008,9)	(344,1)	(435,2)	(3.440,3)	(3.444,1)
Despesas administrativas	(2.616,1)	(1.395,1)	(390,1)	(234,5)	(3.006,2)	(1.629,6)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.711,3	2.380,3	384,7	506,9	2.096,0	2.887,2
Itens não usuais	(202,0)	(173,8)	(8,1)	-	(210,1)	(173,8)
Lucro operacional	6.689,0	8.284,6	904,7	1.196,8	7.593,7	9.481,4
Resultado financeiro líquido	(858,1)	(663,9)	-	-	(858,1)	(663,9)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(11,7)	(7,2)	-	-	(11,7)	(7,2)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.819,2	7.613,5	904,7	1.196,8	6.723,9	8.810,3
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.953,2)	(203,1)	-	-	(1.953,2)	(203,1)
Lucro líquido do exercício	7.772,4	7.410,4	904,7	1.196,8	8.677,1	8.607,2
EBITDA⁽³⁾	9.302,4	10.830,8	1.261,9	1.557,9	10.564,3	12.388,7
Depreciação, amortização e impairment	(2.625,1)	(2.553,4)	(357,2)	(361,1)	(2.982,3)	(2.914,5)
Resultado financeiro líquido	(858,1)	(663,9)	-	-	(858,1)	(663,9)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.953,2)	(203,1)	-	-	(1.953,2)	(203,1)
Lucro líquido do exercício	7.772,4	7.410,4	904,7	1.196,8	8.677,1	8.607,2
Margem EBITDA em %⁽⁴⁾	30,5%	41,7%	25,0%	36,7%	29,7%	41,0%

⁽⁴⁾ A partir de 2021 foi alterada a métrica de EBITDA ajustado para EBITDA, para fins de apresentação, inclusive para fins comparativos.

21. RECEITA LÍQUIDA

Reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas e/ou serviços	46.721,2	41.371,2	110.162,7	85.221,2
Impostos sobre vendas	(12.274,1)	(10.758,9)	(22.052,6)	(18.259,7)
Descontos	(2.096,8)	(2.451,5)	(15.255,8)	(8.582,5)
	32.350,3	28.160,8	72.854,3	58.379,0

22. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Subvenção governamental e ajuste a valor presente de incentivos fiscais	634,9	573,3	853,2	735,9
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos ⁽¹⁾	783,6	2.397,6	1.219,0	2.121,3
(Adições)/reversões de provisões	(61,2)	(23,4)	(71,4)	(70,1)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	110,3	80,0	66,1	27,2
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	255,2	170,0	57,2	(134,9)
	1.722,8	3.197,5	2.124,1	2.679,4

⁽¹⁾ Conforme detalhado na Nota 31 - *Contingências*, a Companhia reconheceu créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS de suas bases de cálculo, na rubrica de Outras Receitas / (Despesas) Operacionais, conforme política contábil adotada em 2020.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

23. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesa com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora		Consolidado	
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾	1.693,9	1.462,1	9,8	9,6
Despesas logísticas	364,2	355,4	-	-
Despesas comerciais	299,9	414,8	58,2	234,2
Despesas administrativas	134,1	182,0	177,5	149,4
	2.492,1	2.414,3	245,5	393,2
Consolidado				
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos ⁽¹⁾	3.326,6	2.980,4	16,4	15,7
Despesas logísticas	654,1	441,7	-	-
Despesas comerciais	700,3	787,9	84,3	219,9
Despesas administrativas	331,4	453,6	304,2	276,1
	5.012,4	4.663,6	404,9	511,7

⁽¹⁾ Estes valores somados à R\$1.172,0 na controladora e R\$2.247,9 no consolidado (R\$1.059,4 e R\$2.175.090 em 31 de dezembro de 2020) mencionados na Nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$2.875,7 e R\$5.591,0, respectivamente (R\$2.531,1 e R\$5.171,2 em 31 de dezembro de 2020). O saldo remanescente de R\$18.114,9 na controladora e R\$30.068,8 no consolidado (R\$14.339,6 e R\$21.894,9 em 31 de dezembro de 2020), contabilizado em custo dos produtos vendidos corresponde a demais custos de produção.

24. ITENS NÃO USUAIS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos decorrentes de combinação de negócios	-	-	-	(18,2)
Impactos COVID-19 ⁽²⁾	(52,9)	(121,4)	(134,3)	(263,2)
Reestruturação ⁽³⁾	(60,1)	(39,8)	(165,4)	(146,5)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(11,1)	(9,3)
Recolha de Stella	-	-	-	(14,8)
Acordo de distribuição ⁽⁴⁾	-	-	(82,0)	-
	(113,0)	(161,2)	(392,8)	(452,0)

⁽²⁾ As despesas de reestruturação ligadas primariamente a projetos de centralização e redimensionamento América Latina - sul, CAC e Brasil.

⁽³⁾ As despesas de COVID-19 se referem aos (a) gastos administrativos adicionais para garantir a segurança de nosso time (aumento da frequência de limpeza em nossas unidades, disponibilização de álcool gel, máscaras para nossos funcionários); (b) doações; (c) iniciativas da Companhia com o ecossistema de clientes, que só foram necessárias em virtude da pandemia da COVID-19.

⁽⁴⁾ Refere-se à negociação de acordo de distribuição com nosso parceiro estratégico na Guatemala.

25. DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Despesas com juros	(879,8)	(1.033,2)	(1.431,8)	(1.786,6)
Juros líquidos sobre planos de pensão	(20,9)	(22,9)	(115,6)	(117,2)
Perdas com derivativos	(106,9)	-	(2.540,2)	(1.919,3)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(123,4)	(152,7)	(290,0)	(208,8)
Variação cambial	(18,7)	(268,8)	(453,9)	(706,4)
Juros e variação cambial sobre mútuo	(945,4)	(1.074,8)	-	-
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	(4,3)	-	(4,3)
Impostos sobre transações financeiras	(74,9)	(197,9)	(216,6)	(335,0)
Despesas com fiança bancária	(172,9)	(184,5)	(174,9)	(188,0)
Outros resultados financeiros	(47,1)	(65,5)	(195,9)	(164,9)
	(2.390,0)	(3.004,6)	(5.418,9)	(5.430,5)
Despesa financeira não usual	-	-	(8,9)	-
	(2.390,0)	(3.004,6)	(5.427,8)	(5.430,5)

A despesa com juros é apresentada líquida do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Ambev - consultar também a Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*. A despesa com juros é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado	(299,8)	(485,3)	(466,0)	(776,0)
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(580,0)			

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021 (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia (em nome próprio e na qualidade de incorporadora) e suas subsidiárias possuem ações judiciais nas quais discute o direito à repetição dos montantes de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS que incidiram sobre os valores correspondentes à taxa Selic aplicada em seus débitos tributários e depósitos judiciais, bem como pleiteia o reconhecimento do direito à restituição/compensação dos valores indevidamente recolhidos nos últimos anos. Até o momento não foi proferida decisão judicial definitiva nas referidas ações judiciais.

Com base na decisão proferida pelo STF e suportada pela avaliação de seus consultores externos, a Companhia avaliou como sendo provável que o tratamento fiscal seja aceito, em especial no que se refere à expectativa de reconhecimento de seu direito à restituição/compensação dos valores relativos ao IRPJ e à CSLL incidentes sobre a taxa Selic relativa a débitos tributários contabilizados entre os exercícios de 2006 a 2021.

Desta forma, no terceiro trimestre de 2021, conforme ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*, foi realizada a reversão do IRPJ e da CSLL diferidos calculados sobre os juros Selic que compunham a parcela do crédito tributário reconhecido em virtude do julgamento do RE 574.706/PR pelo STF (exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS) referente aos períodos em que estava vigente o (i) "REFRRI" - Regime Especial de Bebidas Frias e o (ii) Novo Modelo entre os períodos de 2015 a março de 2017, conforme detalhado na Nota 31 - *Contingências*.

Os valores reconhecidos no exercício de 2021 totalizaram R\$1.070 milhões.

• Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: trata-se de incentivos regionais vinculados, principalmente, à produção local e que, quando reinvestido, não é tributado para fins de imposto de renda e contribuição social, o que explica o impacto na alíquota efetiva. O montante acima é impactado por variações nos volumes de produção, preços e eventuais variações na tributação estadual.

• Complemento de imposto de renda de controladas no exterior devido no Brasil: demonstra o resultado da apuração da tributação universal de lucros, segundo os regramentos da Lei 12.973/14.

• Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos distribuídos e a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. O aumento do saldo em 2021 deve-se, principalmente, à variação cambial dos saldos mantidos em passivo.

• Benefício de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio: segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de juros sobre o capital próprio ("JCP"), os quais são dedutíveis para fins de imposto de renda.

27. FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários e encargos	1.586,1	1.368,2	4.162,6	3.736,5
Contribuições previdenciárias	555,6	443,0	1.016,0	851,8
Outros custos com pessoal	376,5	310,2	1.076,1	836,9
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	28,5	(10,1)	178,2	131,2
Remuneração baseada em ações	326,9	185,4	391,5	223,1
Contribuição para planos de contribuição definida	30,1	8,8	74,1	61,1
	2.903,7	2.305,5	6.898,5	5.840,6

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo dos produtos vendidos	1.172,0	1.059,4	2.247,9	2.175,1
Despesas logísticas	225,3	205,6	1.286,8	1.130,4
Despesas comerciais	369,1	364,1	1.480,9	1.333,7
Despesas administrativas	1.088,0	616,2	1.699,1	1.089,2
Resultado financeiro	20,9	22,9	115,6	44,1
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	-	-	2,2
Itens não usuais	28,4	37,3	68,2	65,9
	2.903,7	2.305,5	6.898,5	5.840,6

28. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Atualmente a Companhia possui dois planos vigentes de pagamento baseado em ações: (i). Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 ("Plano de Opções") e o (ii). Plano de Remuneração Baseado em Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016, conforme alterado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2020 ("Plano de Ações"). Os programas são emitidos no âmbito de cada um dos planos e existem diferentes tipos de programas de opções de compra de ações e de programas de concessão de ações que permitem que os empregados e executivos que trabalham na Companhia e suas subsidiárias adquiram, por meio do exercício de opções de compra, ou recebam ações da Companhia.

(i) Plano de Opções

No momento, há três modelos de programas de opções de compra de ações que poderão ser outorgados nos termos do Plano de Opção.

1. De acordo com o primeiro modelo, os beneficiários, de acordo com seu cargo, podem escolher alocar (a) 30% ou 100%, (b) 40% ou 100%, e (c) 60% ou 100% dos valores recebidos por eles a título de participação no resultado referente ao ano imediatamente anterior à outorga das opções, o que os permite adquirir o montante correspondente de ações de emissão da Ambev. De acordo com este modelo, uma parte substancial das ações adquiridas deverá ser entregue apenas no prazo de cinco anos a partir da correspondente data de outorga de opção. Durante o referido prazo de até cinco anos, o beneficiário deverá continuar trabalhando na Ambev ou qualquer outra empresa de seu grupo.

2. De acordo com o segundo modelo, o beneficiário pode exercer as opções outorgadas apenas após um período de cinco anos a contar da correspondente data de outorga. A aquisição do direito de exercício das opções outorgadas nos termos do segundo modelo não está sujeita a medidas de desempenho da Companhia, podendo tal direito caducar em certas circunstâncias, inclusive renúncia ou dispensa pelo beneficiário antes da aquisição do direito de exercício das opções.

3. No terceiro modelo, os beneficiários, de acordo com seu cargo, poderão escolher alocar (a) 20% ou 100%, (b) 30% ou 100% e (c) 50% ou 100% dos valores recebidos por eles a título de participação no resultado referente ao ano imediatamente anterior à outorga das opções, o que os permite adquirir o montante correspondente de ações de emissão da Ambev. A totalidade das ações adquiridas será entregue ao beneficiário no prazo de até 45 dias a partir da data de exercício correspondente (que não deverá exceder 45 dias a partir da data de outorga da opção). Os beneficiários estão sujeitos a um período de restrição à transferência das ações de 5 anos (lock-up).

Para os programas de opções de compra, o valor justo das opções é estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado "*Binomial de Hull*", ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

(ii) Plano de Ações

Neste plano, determinados funcionários e membros da administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis para receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações que estão sujeitas ao Plano de Ações são designadas como "ações restritas".

A entrega das ações restritas é feita gratuitamente e o prazo de carência pode variar entre 3 e 5 anos, a partir da data de concessão correspondente, a depender do programa de remuneração baseado em ações, desde que o participante permaneça como funcionário da Companhia ou de suas subsidiárias durante tal período.

As ações restritas podem dar aos participantes o direito de receber ações adicionais com as mesmas condições, como forma de compensação dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos pela Companhia durante o período de carência. O direito de receber as ações restritas, bem como as ações adicionais, pode ser, total ou parcialmente perdido em determinadas circunstâncias, incluindo pedido de demissão ou demissão durante o período de carência.

Para os programas de remuneração baseado em ações, no âmbito do Plano de Ações, o preço de referência por ação restrita é definido na data da concessão, com base na cotação de fechamento do pregão da B3 S.A. do dia imediatamente anterior à concessão e, baseado no número de ações concedidas, o valor é reconhecido como despesa durante o período de carência com a contrapartida no patrimônio líquido. As ações são transferidas aos participantes de acordo com os termos e períodos fixados nos respectivos programas.

O valor justo médio ponderado das opções e as premissas utilizadas na aplicação do modelo de precificação de opções da Companhia de 2021 e 2020 estão demonstrados abaixo:

Em R\$	2021 ⁽ⁱ⁾	2020 ⁽ⁱⁱ⁾
Valor justo das opções concedidas	-	4,04
Preço da ação	-	18,05
Preço de exercício	-	18,05
Estimativa de volatilidade	-	22,3%
Carência (em anos)	-	5
Estimativa de dividendos	-	5%
Taxa de juros livre de risco	-	6,8% ⁽ⁱⁱⁱ⁾

⁽ⁱ⁾ Informações baseadas em médias ponderadas dos planos concedidos, exceto pela estimativa de dividendos e taxa de juros livre de risco.

⁽ⁱⁱ⁾ Os percentuais contemplam as outorgas de opções de ação e ADRs no exercício, onde a taxa de juros livre de risco das ADRs é calculada em dólar americano.

O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

Em lotes de mil	2021	2020
Opções em aberto em 1º de janeiro	127.265	141.736
Opções outorgadas durante o exercício	-	22
Opções exercidas durante o exercício	(5.247)	(5.730)
Opções canceladas durante o exercício	(8.258)	(8.763)
Opções em aberto no final do exercício	113.760	127.265

A faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$15,95 (R\$11,97 em 31 de dezembro de 2020) até R\$45,97 (R\$43,95 em 31 de dezembro de 2020) e o prazo médio remanescente é de cerca de 6,70 anos (6,43 anos em 31 de dezembro de 2020).

Das 113.760 mil opções em aberto (127.265 mil em 31 de dezembro de 2020), 59.250 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2021 (36.459 mil em 31 de dezembro de 2020).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

Em R\$ por ação	2021	2020
Opções em aberto em 1º de janeiro	19,81	18,53
Opções outorgadas durante o exercício	-	18,05
Opções canceladas durante o exercício	25,27	22,96
Opções exercidas durante o exercício	13,16	8,30
Opções em aberto no final do exercício	19,92	19,81
Opções exercíveis no final do exercício	21,14	23,70

Para as opções exercidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o preço médio ponderado da ação na data do exercício foi de R\$17,87 (R\$15,23 em 31 de dezembro de 2020).

Para liquidar as opções de ações exercidas, a Companhia pode usar ações em tesouraria. Além disso, o limite atual do capital autorizado da Companhia é considerado suficiente para atender a todos os planos de opções caso seja necessária a emissão de novas ações para fazer frente às outorgas concedidas nos programas.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 110 mil ações diferidas no âmbito do Plano de Opções (153 mil ações diferidas em 31 de dezembro de 2020), as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$1,7 em 31 de dezembro de 2021 (R\$2,4 em 31 de dezembro de 2020). Tais ações diferidas sujeitam-se a um prazo de carência de cinco anos a contar da data de sua concessão.

Durante o exercício, a Companhia concedeu 20.629 mil (21.066 mil em 31 de dezembro de 2020) ações restritas no âmbito do Plano de Ações, as quais são avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data da concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$325,7 em 31 de dezembro de 2021 (R\$315,4 em 31 de dezembro de 2020). Tais ações restritas sujeitam-se a um prazo de carência que pode variar de três a cinco anos a contar da data de sua concessão.

O número total de ações adquiridas ou outorgadas, conforme o caso, no âmbito do Plano de Opção e do Plano de Ações, pelos funcionários, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições (ações diferidas e ações restritas) está demonstrado a seguir:

Ações Diferidas	2021	2020
<i>Em lotes de mil</i>		
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	6.065	7.926
Novas ações diferidas durante o exercício	110	153
Ações diferidas entregues durante o exercício	(4.964)	(1.901)
Ações diferidas canceladas durante o exercício	(43)	(113)
Ações diferidas em aberto no final do exercício	1.168	6.065

Ações Restritas	2021	2020
<i>Em lotes de mil</i>		
Ações restritas em aberto em 1º de janeiro	43.458	23.836
Novas ações restritas durante o exercício	20.629	21.066
Ações restritas entregues durante o exercício	(22)	-
Ações restritas canceladas durante o exercício	(1.520)	(1.444)
Ações restritas em aberto no final do exercício	62.545	43.458

Adicionalmente, alguns funcionários e administradores da Companhia receberam opções para aquisição de ações da controladora AB InBev cujo custo (*compensation cost*) está reconhecido no resultado em contrapartida do patrimônio líquido.

As transações com pagamento baseado em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$326,9 na Controladora e R\$391,5 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021 (R\$185,4 na Controladora e R\$223,1 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), registrada na rubrica de despesa administrativa.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

Fatores de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, a liquidez e o risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política").

A utilização de derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos financeiros inerentes ao mercado de capitais no qual a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais: (i) estrutura de capital, financiamentos e liquidez, (ii) riscos transacionais relacionados ao negócio, (iii) riscos de conversão de balanços e (iv) riscos de crédito de contrapartes financeiras.

A Política estabelece que todos os passivos e ativos financeiros em cada país onde mantemos operações devem ser mantidos em suas respectivas moedas locais. A Política também determina os procedimentos e controles necessários para identificação, sempre que possível, mensuração e minimização de riscos de mercado, tais como variações nos níveis de câmbio, juros e *commodities* (principalmente alumínio, trigo, milho e açúcar) que possam afetar o valor de nossas receitas, custos e/ou investimentos. A Política determina que os riscos registrados (por exemplo, câmbio e juros) devem ser protegidos por meio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em sua maioria, os riscos de conversão de balanço não são protegidos. As exceções a esta Política devem ser aprovadas pelo Comitê de Operações, Finanças e Remuneração (COF).

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos autorizados pela Política de Gestão de Riscos Financeiros são contratos futuros negociados em bolsa, *Full deliverable forwards*, *Non deliverable forwards*, *Swaps* e *Opções*. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

i) Derivativos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa - transações previstas altamente prováveis, contratadas com o propósito de minimizar a exposição da Companhia à flutuação de câmbio e preços de matérias-primas, investimentos, equipamentos e serviços a serem adquiridos, protegidas por *hedge* de fluxo de caixa, que devem ocorrer em diversas datas durante os próximos quatorze meses. Ganhos e perdas classificados como reserva de *hedge* no patrimônio líquido são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício ou nos períodos em que a transação prevista e protegida por *hedge* afetar o resultado.

ii) Derivativos instrumentos de *hedge* de valor justo - operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Os resultados dessas operações, mensurados conforme seu valor justo são reconhecidos em cada período de apuração, no resultado financeiro.

iii) Derivativos instrumentos de *hedge* de investimento líquido - operações contratadas com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte do investimento líquido, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior por conta de conversão de balanço.

Em conformidade com o *hedge accounting*, a parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado financeiro do período em que a inefetividade é identificada, para os casos de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido.

As tabelas a seguir sumarizam as exposições que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política de Risco da Companhia.

Instrumentos financeiros não derivativos

Opção de venda concedida sobre participação em controlada: A Companhia constituiu um passivo relacionado a aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro é denominado em Dólar (Tranche A) e em Pesos Dominicanos (Tranche B) e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano e o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente assim como resultado do objeto do *hedge*.

Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Exposição	Consolidado 2021								
	Risco	Nocional	Ativo	Passivo	Resultado Reconhecidos no:				
					Resultado financeiro da operação	Resultado Patrimônio líquido			
Custo	(18.911,7)	18.911,7	597,4	(421,1)	(2.113,5)	1.710,2	2.277,4		
	<i>Commodity</i>	(3.179,9)	3.179,9	455,3	(41,2)	(126,8)	1.168,1	684,7	
	Dólar	(15.516,2)	15.516,2	136,2	(378,4)	(1.970,7)	541,8	1.792,7	
	Euro	(31,8)	31,8	-	(0,8)	(0,1)	0,5	(1,9)	
	Peso Mexicano	(183,8)	183,8	5,9	(0,7)	(15,9)	(0,2)	(198,1)	
		(1.111,4)	1.111,4	1,1	(53,3)	(368,8)	105,3	103,2	
Ativo fixo		Dólar	(1.111,4)	1.111,4	1,1	(53,3)	(368,8)	105,3	103,2
		(365,8)	365,8	0,5	(18,1)	(124,5)	36,9	192,9	
Despesas		Dólar	(365,8)	365,8	0,5	(18,1)	(124,5)	36,9	192,9
Instrumento Patrimonial			-	-	-	78,0	-	-	
		Preço das ações	-	-	-	78,0	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		(20.388,9)	20.388,9	599,0	(492,5)	(2.528,8)	1.852,4	2.573,5	

Exposição	Consolidado 2020								
	Risco	Nocional	Ativo	Passivo	Resultado Reconhecidos no:				
					Resultado financeiro da operação	Resultado Patrimônio líquido			
Custo	(15.837,8)	15.888,4	364,5	(287,8)	(1.283,7)	1.599,2	1.489,5		
	<i>Commodity</i>	(2.629,1)	2.379,7	343,9	(7,8)	(134,3)	(104,2)	157,4	
	Dólar	(13.087,7)	13.087,7	8,7	(271,8)	(1.157,1)	1.726,0	1.430,0	
	Euro	(50,8)	50,8	1,9	(0,3)	(3,3)	9,7	13,8	
	Peso Mexicano	(70,2)	70,2	10,0	(7,9)	(11,0)	(32,3)	(111,7)	
		(1.042,5)	1.042,5	1,7	(31,3)	(274,6)	163,2	280,8	
Ativo fixo		Dólar	(1.042,5)	1.042,5	1,7	(31,3)	(274,6)	163,2	280,8
		(345,8)	345,8	0,5	(10,7)	(3,4)	6,1	2,7	
Despesas		Dólar	(345,8)	345,8	0,5	(10,7)	(3,4)	6,1	2,7
Dívida			(233,3)	-	-	-	-	-	
		Dólar	(4,9)	-	-	-	-	-	
		Taxa de juros	(228,4)	-	-	-	-	-	
Instrumento Patrimonial			(1.740,5)	700,9	142,6	-	(329,3)	-	
		Preço das ações	(1.740,5)	700,9	142,6	-	(329		

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e o cenário antes e após a estratégia de *hedge* de taxa de juros, dentro dos limites estabelecidos em nossa política de riscos. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não está aplicando *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

	Consolidado	
	2021	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	7,2%	2.343,3
Capital de Giro em Peso Argentino	34,7%	30,5
Dívidas em outras moedas	11,3%	226,0
Dívida em Dólar Americano	13,1%	17,5
Dívida em Dólar Canadense	2,5%	430,8
Taxa de juros pré-fixado		3.048,1
Dívida em Real Brasileiro	11,6%	83,0
Taxa de juros pós-fixado		83,0
	Consolidado	
	2020	
	Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	5,4%	3.002,4
Dívida em Peso Argentino	23,3%	4,5
Dívida em Peso Dominicano	9,8%	342,7
Dívida em Quetzal Guatemalteco	8,4%	15,3
Dívidas em outras moedas	8,1%	48,6
Dívida em Peso Boliviano	5,2%	178,9
Dívida em Dólar Americano	14,0%	4,9
Dívida em Dólar Canadense	3,5%	342,6
Taxa de juros pré-fixado		3.939,9
Dívida em Real Brasileiro	3,9%	852,4
Taxa de juros pós-fixado		852,4

Análise de Sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário Provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2021, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário Adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.

3 - Cenário Remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2021.

Transação	Risco	Cenário				Remoto
		Justo	Provável	Adverso	Remoto	
<i>Hedge commodities</i>	Queda no preço das <i>commodities</i>	414,1	320,9	(380,9)	(1.175,9)	
Compras de insumos		(414,1)	(320,9)	380,9	1.175,9	
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(237,8)	(439,4)	(4.170,7)	(8.103,7)	
Compras de insumos		237,8	439,4	4.170,7	8.103,7	
Efeito no custo						
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(52,2)	(55,4)	(330,1)	(607,9)	
Compra de <i>capex</i>		52,2	55,4	330,1	607,9	
Efeito no ativo fixo						
<i>Hedge cambial</i>	Desvalorização de moeda estrangeira	(17,6)	(18,6)	(109,1)	(200,6)	
Despesas		17,6	18,6	109,1	200,6	
Efeito nas despesas						

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Nocial e Valor Justo por instrumento:

Exposição	Risco	Valor Nocial				
		2022	2023	2024	2025	>2025
Custo		18.813,8	97,9	-	-	-
	<i>Commodity</i>	3.082,0	97,9	-	-	-
	Dólar	15.516,2	-	-	-	-
	Euro	31,8	-	-	-	-
	Peso Mexicano	183,8	-	-	-	-
Ativo fixo		1.111,4	-	-	-	-
	Dólar	1.111,4	-	-	-	-
Despesas		365,8	-	-	-	-
	Dólar	365,8	-	-	-	-
		20.291,0	97,9	-	-	-

Exposição	Risco	Valor Justo				
		2022	2023	2024	2025	>2025
Custo		174,7	1,6	-	-	-
	<i>Commodity</i>	412,5	1,6	-	-	-
	Dólar	(242,2)	-	-	-	-
	Euro	(0,8)	-	-	-	-
	Peso Mexicano	5,2	-	-	-	-
Ativo fixo		(52,2)	-	-	-	-
	Dólar	(52,2)	-	-	-	-
Despesas		(17,6)	-	-	-	-
	Dólar	(17,6)	-	-	-	-
		104,9	1,6	-	-	-

II. Risco de crédito

Concentração de risco de crédito no contas a receber

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Concentração de risco de crédito de contraparte

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletor grupo de contrapartes altamente qualificadas.

A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

A Companhia adota, com a finalidade de minimizar o risco de crédito junto às suas contrapartes nas operações significativas de derivativos, cláusulas de "gatilhos" bilaterais. De acordo com estas cláusulas, sempre que o valor justo de uma operação superar uma porcentagem de seu valor notional (geralmente entre 10% e 15%), a parte devedora líquida a diferença em relação a este limite em favor da parte credora.

Depósitos ou posições de caixa, se houver, devem ser mantidos em contas com bancos de primeira linha ou com classificação de crédito (*rating*) alta de cada país. Qualquer posição de natureza de curto prazo (menos de 6 meses) deve ser considerada como depósito ou posição de caixa.

O risco de contraparte deve ser gerido pela Companhia de forma global, com limites por produto estabelecidos pela tesouraria, considerando: (i) classificação de crédito (*rating*) da contraparte (ii) duração (iii) valor (iv) divisões entre ativos e passivos, na ausência de cláusula de compensação nos respectivos contratos de derivativos.

O risco de crédito de contraparte é reavaliado trimestralmente.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos das provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2021. Não havia concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2021 além do limite estabelecido pela política de risco da Companhia.

III. Risco de liquidez

A Companhia historicamente possui como fonte de seu caixa operacional o fluxo de caixa de suas atividades operacionais, emissão de dívida e empréstimos bancários.

As suas principais demandas de caixa incluem:

- Pagamento de dívidas
- Investimento em bens de capitais
- Investimento em companhias
- Aumento de participação em subsidiárias ou em companhias em que é acionista
- Programas de recompra de ações
- Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, junto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a linhas de crédito são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.

	Controladora						
	2021						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar (i)	23.729,2	24.861,8	19.552,9	1.208,1	2.249,4	129,0	1.722,4
Empréstimos bancários com garantia	228,9	310,0	70,9	61,6	26,4	50,4	100,7
Empréstimos bancários sem garantia	1,1	84,1	84,1	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	130,1	234,5	46,4	48,1	29,1	20,7	90,2
Arrendamentos	1.160,3	1.353,5	350,3	339,2	265,2	160,2	238,6
	25.249,6	26.843,9	20.104,6	1.657,0	2.570,1	360,3	2.151,9

	Controladora						
	2020						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar (i)	20.861,0	22.169,3	15.983,9	3.965,6	271,4	233,5	1.714,9
Empréstimos bancários com garantia	1.984,2	1.984,1	1.755,3	54,7	47,9	29,3	96,9
Empréstimos bancários sem garantia	2,3	2,3	1,2	1,1	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108,6	108,6	108,6	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	135,7	135,7	36,7	35,6	20,7	8,6	34,1
Arrendamentos	889,4	889,5	198,8	181,0	140,5	220,0	149,2
	23.981,2	25.289,5	18.084,5	4.238,0	480,5	491,4	1.995,1

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

	Consolidado						
	2021						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar (i)	38.976,2	40.186,2	34.690,6	1.279,7	2.248,8	327,2	1.639,9
Empréstimos bancários com garantia	247,0	328,1	88,9	61,7	26,4	50,4	100,7
Empréstimos bancários sem garantia	84,1	84,1	84,1	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	130,1	234,7	46,5	48,2	29,1	20,7	90,2
Arrendamentos	2.639,3	3.070,9	788,5	756,1	550,7	422,4	553,2
	42.076,7	43.904,0	35.698,6	2.145,7	2.855,0	820,7	2.384,0

	Consolidado						
	2020						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar (i)	32.353,3	33.694,3	27.340,5	4.015,3	272,2	424,5	1.641,8
Empréstimos bancários com garantia	2.179,2	2.360,2	2.038,4	82,6	61,7	51,6	125,9
Empréstimos bancários sem garantia	247,8	271,3	270,2	1,1	-	-	-
Debêntures e <i>bonds</i> emitidos	108,6	124,4	124,4	-	-	-	-
Outros empréstimos sem garantia	135,6	307,7	52,9	42,1	31,2	19,1	162,4
Arrendamentos	2.121,1	2.715,0	532,7	558,3	398,1	566,2	659,7
	37.145,6	39.472,9	30.359,1	4.699,4	763,2	1.061,4	2.589,8

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto com partes relacionadas, os quais têm prazo de pagamento menor que 1 ano.

Risco de valor de ação

Por meio das operações de *equity swap* aprovadas em 13 de maio de 2020 e 9 de dezembro de 2020 pelo Conselho de Administração (ver Nota 1 - *Informações gerais*), a Companhia, ou suas subsidiárias, receberá a variação de preço relacionado às ações de emissão da Companhia ou *american depositary receipts* ("ADRs") de sua emissão negociadas em bolsa, neutralizando os efeitos da oscilação das cotações das ações tendo em vista a remuneração baseada em ações da Companhia. Como esses instrumentos derivativos não se caracterizam como *hedge accounting* não foram, portanto, designados a qualquer relação de *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2021, uma exposição equivalente a R\$1,9 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020) em ações (ou ADRs) da Ambev foi parcialmente protegida, resultando em um ganho no resultado do exercício de R\$78,0 (perda de R\$329,3 no resultado em 31 de dezembro de 2020).

IV. Gerenciamento de Capital

A Companhia está constantemente otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Companhia não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros

(a) Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).

O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

	Controladora		
	2021		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	3.797,9	-	3.797,9
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.087,4	-	4.087,4
Aplicações financeiras	132,2	22,9	155,1
Total	8.017,5	22,9	8.040,4
Passivos financeiros			
Contas a pagar	35.900,6	-	35.900,6
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.284,8	3.284,8
Empréstimos e financiamentos	1.520,4	-	1.520,4
Outros passivos	1.527,7	-	1.527,7
Total	38.948,7	3.284,8	42.233,5

	Controladora		
	2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	4.547,8	-	4.547,8
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.836,6	-	4.836,6
Aplicações financeiras	152,4	9,2	161,6
Total	9.536,8	9,2	9.546,0
Passivos financeiros			
Contas a pagar	32.198,1	-	32.198,1
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	3.489,1	3.489,1
Empréstimos e financiamentos	3.120,2	-	3.120,2
Outros passivos	1.794,3	-	1.794,3
Total	37.112,6	3.489,1	40.601,7

	Consolidado		
	2021		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Total
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa, líquido de conta garantida	16.597,2	-	16.597,2
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	7.084,7	-	7.084,7
Aplicações financeiras	192,9	1.914,6	2.107,5
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	599,0	599,0
Total	23.874,8	2.513,6	26.388,4

	Consolidado		
	2020		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora							
	2021		2020		2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	22,9	-	22,9	-	9,2	-	9,2
	-	22,9	-	22,9	-	9,2	-	9,2

	Controladora							
	2021		2020		2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	3.284,8	3.284,8	-	-	3.489,1	3.489,1
	-	-	3.284,8	3.284,8	-	-	3.489,1	3.489,1

	Consolidado							
	2021		2020		2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.914,6	-	-	1.914,6	1.700,0	-	-	1.700,0
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-	-	142,6	-	142,6
Derivativos - Hedge operacional	159,1	439,9	-	599,0	85,5	281,2	-	366,7
	2.073,7	439,9	-	2.513,6	1.785,5	423,8	-	2.209,3

	Consolidado							
	2021		2020		2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos Financeiros								
Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	3.291,3	3.291,3	-	-	3.493,7	3.493,7
Derivativos - Hedge operacional	193,4	299,1	-	492,5	102,6	227,2	-	329,8
	193,4	299,1	3.291,3	3.783,8	102,6	227,2	3.493,7	3.823,5

Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020	3.489,1	3.493,7
Aquisição de investimento	-	1,9
Total de ganhos e perdas no exercício	(204,3)	(204,3)
Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	54,6	54,6
Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	(258,9)	(258,9)
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2021	3.284,8	3.291,3

(c) Valor justo dos passivos mensurados pelo custo amortizado

Os passivos, empréstimos e financiamentos, e as contas a pagar excluindo impostos a recolher da Companhia estão contabilizados a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias e cambiais, conforme índices de fechamento de cada exercício.

Os instrumentos financeiros contabilizados a custo amortizado asselemham-se ao valor justo, não sendo materiais para divulgação.

(d) Valor justo dos passivos mensurados por meio do resultado

Em decorrência da negociação das opções concedidas sobre a participação na empresa Tenedora, assinamos o segundo aditivo do Acordo de Acionistas visando estender a parceria entre a Companhia e a ELJ. A ELJ atualmente é detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda passou a ser dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações, exercível em 2022, 2023 e 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a 2,89% das ações, exercível a partir de 2026. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche A, exercível a partir de 2021, e das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Em 31 de dezembro de 2021, a soma das duas tranches deitadas pela ELJ está valorizada em R\$3.284,8 (R\$3.489,1 em 31 de dezembro de 2020).

O valor justo da (i) Tranche A é calculado levando em consideração os juros determinados em contrato, acrescido da variação cambial, reduzido dos dividendos pagos entre a assinatura do aditivo até o exercício da opção.

O valor justo da (ii) Tranche B é calculado pelo múltiplo de EBITDA definido em contrato, descontado da dívida líquida da operação, trazido ao valor presente utilizando-se de técnicas usuais de modelagem financeira (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa WACC em moeda local na data-base do cálculo). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e estão categorizadas como "Nível 3".

Auração do valor justo de derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de auração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do swap. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados pelas mesmas.

Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém em 31 de dezembro de 2021 um montante de R\$1.152,8 no Consolidado em aplicações de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$1.023,5 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

30. GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTO DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Cauções	644,8	691,2	788,6	799,0
Outros compromissos	-	-	1.719,1	1.629,9
	644,8	691,2	2.507,7	2.428,9
Compromissos contratuais com fornecedores	38.251,9	12.762,7	51.562,0	17.768,4
	38.251,9	12.762,7	51.562,0	17.768,4

Em 31 de dezembro de 2021, as cauções e outros compromissos totalizavam R\$644,8 na Controladora e R\$2.507,7 no Consolidado (R\$ na Controladora e R\$2.428,9 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), incluindo R\$644,8 na Controladora e R\$682,6 no Consolidado (R\$691,2 na Controladora e R\$729,2 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) em garantias em espécie. Os depósitos em dinheiro para garantia são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Adicionalmente, para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2021, um montante de R\$1.152,8 no Consolidado (R\$1.023,5 no Consolidado em 31 de dezembro de 2020) em aplicações de liquidez imediata ou espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens.

O vencimento dos compromissos contratuais em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Menos de 1 ano	8.095,8	6.446,7	11.559,9	9.218,2
Entre 1 e 2 anos	7.920,5	2.271,3	9.982,2	2.934,8
Mais de 2 anos	22.235,6	4.044,7	30.019,9	5.615,4
	38.251,9	12.762,7	51.562,0	17.768,4

31. CONTINGÊNCIAS

A Companhia tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios. Devido a sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração da Companhia não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

Os processos classificados como prováveis estão totalmente provisionados, conforme detalhado na Nota 17 - *Provisões*.

A Companhia e suas subsidiárias tem ações de natureza principalmente tributária, envolvendo riscos de perda, classificadas pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
IRPJ e CSLL	50.791,1	50.400,8	54.258,7	53.898,0
ICMS e IPI	22.004,9	21.431,4	23.912,4	23.299,3
PIS e COFINS	2.105,7	1.733,7	2.667,6	2.746,3
Outros	1.223,9	1.123,4	1.606,3	1.603,5
	76.125,6	74.689,3	82.445,0	81.547,1

Principais processos com probabilidade de perda possível

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Ágio Inbev Holding

Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu uma atuação da Receita Federal do Brasil referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A.. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida, com pedidos de liminar deferidos em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

Em junho de 2016, a Ambev recebeu novo Auto de Infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesa. A Ambev obteve decisão parcialmente favorável na Delegacia Regional de Julgamento ("DRJ") e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Em face dessa decisão, a Companhia e a Fazenda Nacional interuseram Recursos Especiais para análise do caso pela Câmara Superior do CARF ("CSRFP"), os quais aguardam julgamento. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente admitido pela CSRFP e, em relação à parcela inadmitida, a Ambev ingressou com medida judicial com pedido de liminar deferido em favor da Companhia para suspender a exigibilidade da cobrança.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$10,4 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$10,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev S/NNV reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como dos respectivos custos.

Ágio BAH

Em outubro de 2013, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado referente a incorporação da Beverage Associates Holding Limited ("BAH") na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a atuação. A Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual foi julgado parcialmente favorável à Companhia. A Companhia e a Fazenda Nacional interuseram Recursos Especiais para análise do caso pela Câmara Superior do CARF ("CSRFP"), os quais aguardam julgamento.

Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos Autos de Infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio e apresentou defesas. Em abril de 2019, a DRJ proferiu decisões desfavoráveis em ambos os casos e a Companhia interps Recursos Voluntários para análise perante o CARF. Em novembro e dezembro de 2019, o CARF proferiu decisões parcialmente favoráveis e a Companhia interps Recursos Especiais para análise do caso pela CSRFP. Um dos Recursos Especiais interposto aguarda análise de admissibilidade e o outro foi admitido e aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$2,3 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

Ágio CND Holdings

Em novembro de 2017, a Ambev recebeu um Auto de Infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2012 a 2016 referente à incorporação da CND Holdings na Ambev. A decisão de primeira instância administrativa manteve a atuação. A Ambev interps Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF. Em fevereiro de 2020, o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente favorável. A Companhia e Fazenda Nacional interuseram Recursos Especiais. O Recurso Especial apresentado pela Companhia foi parcialmente admitido e aguarda julgamento.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$0,9 bilhão em 31 de dezembro de 2021 (R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.

Lucros auferidos no exterior

Desde o ano de 2005 a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido atuações por parte da Receita Federal do Brasil com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Os processos em trâmite na esfera administrativa possuem decisões parcialmente favoráveis, ainda sujeitas a reexame pelo tribunal administrativo. Por sua vez, nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisão liminar favorável, para o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, e sentenças de procedência, sujeitas a reexame pela instância superior.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$7,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$7,3 bilhões em 31 de dezembro de 2020), e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período, com exceção de R\$54,1 milhões (R\$53 milhões em 31 de dezembro de 2020).

Glosa de despesas financeiras e perdas em investimentos

Em 2015, 2016 e 2020, a Companhia recebeu Autos de Infração da Receita Federal do Brasil referente a glosa de despesas relacionadas aos resultados dos instrumentos financeiros de proteção utilizados contra riscos inerentes às oscilações de preço ou de taxa, bem como empréstimos relacionados com as atividades operacionais da Companhia. A Companhia apresentou defesas e, em novembro de 2019, a Ambev recebeu decisão favorável perante a primeira instância administrativa relativamente ao caso de 2016, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Em junho de 2021, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável para o caso de 2020 perante a primeira instância administrativa, a qual deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Com relação à parcela desfavorável da decisão, a Companhia apresentou Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento. O caso de 2015 ainda aguarda julgamento pela primeira instância administrativa.

O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$5 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$5 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação, não houve provisão realizada no período.

Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Desde 2014 a Companhia vem recebendo atuações, relativas aos anos-calendário de 2007 em diante, que glosam a utilização de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a atuação com relação a um dos casos, que abarca o ano-calendário de 2010.

Para os casos envolvendo os anos-calendário de 2015 e 2016, em janeiro de 2020, o CARF proferiu decisões desfavoráveis, em face dos quais a Companhia interps Recursos Especiais a CSRFP, os quais aguardam julgamento. Ainda com relação às referidas competências (2015 e 2016), foram lavrados novos autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL em razão da dedução de imposto de renda pago por controladas no exterior. Em 2021, a Companhia obteve decisões desfavoráveis em primeira instância administrativa em dois desses autos de infração, em face das quais foram apresentados Recursos Voluntários ao CARF, que aguardam julgamento. Há um terceiro auto de infração envolvendo a cobrança da referida multa isolada que aguarda julgamento em primeira instância administrativa.

Em relação aos demais processos que discutem referido tema, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativa e judicial. O valor atuado atualizado é de aproximadamente R\$11,3 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$11,7 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2018-2021). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

Lucro Presumido

Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu atuação relacionada à utilização de Lucro Presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de Recurso Real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva à Companhia pelo CARF, cancelando a atuação.

Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou Impugnação. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interps recurso voluntário para o CARF, o qual aguarda julgamento.

A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, já atuado, é de aproximadamente R\$534,5 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$519,0 milhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.

Lucro da Exploração

Em janeiro de 2020, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu atuação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração, e apresentou impugnação administrativa. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário, que aguarda julgamento.

O valor atuado atualizado é de aproximadamente R\$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período.

O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2019 a 2021), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

Debitabilidade de despesa do JCP

Durante o exercício de 2013, conforme aprovado em Assembleia, a Companhia implementou uma reestruturação societária com objetivo de simplificar sua estrutura e unificar suas classes de ações, dentre outros. Um dos passos desta reestruturação envolveu a troca de ações e subsequente incorporação das ações de sua controlada Companhia de Bebidas das Américas na Ambev S.A. Como uma das consequências desta operação, a Ambev S.A. reconheceu em seus registros contábeis a contrapartida da diferença entre o valor de suas ações emitidas para referida troca e o valor patrimonial das ações da controlada no patrimônio líquido, nos termos do IFRS 10/CPC 36 e ICPC09, na rubrica *ajustes de avaliação patrimonial*.

Em novembro de 2019, a Ambev recebeu atuação da Receita Federal referente à dedução dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") relativa ao ano-calendário de 2014. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013, e seus impactos no incremento do cálculo do limite da debitabilidade do JCP. Em agosto de 2020, foi proferida uma decisão parcialmente favorável à Companhia pela primeira instância administrativa e, em face dessa decisão, a Ambev interps Recurso Voluntário para análise do caso pelo CARF, o qual aguarda julgamento. A parcela favorável da decisão de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame perante o CARF. Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu um novo auto de infração relacionado à dedução das despesas de JCP para os anos-calendários de 2015 e 2016. A Companhia apresentou defesa contra esse novo auto em janeiro de 2021. Em junho de 2021, a Ambev obteve decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário ao CARF, o qual também aguarda julgamento. Assim como no primeiro auto de infração, parcela favorável da decisão de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame perante o CARF.

O valor atuado atualizado referente aos autos de infração já lavrados é de aproximadamente R\$10,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$10,2 bilhões em 31 de dezembro de 2020). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período.

Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, vide Nota Explicativa 3 (q) - *Sumário das principais políticas contábeis*, continuou a ser aplicado pela Ambev e impactou os anos-calendário subsequentes aos atuados (2017 a 2021), em que a Companhia igualmente distribuiu JCP e os deduziu da base tributável do seu Imposto de Renda. Dessa maneira, caso a debitabilidade dos JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.

PIS e COFINS

PIS/COFINS sobre bonificações

Desde 2015, a Ambev vem sendo atuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e COFINS sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, a Companhia está questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2019 e 2020 foram proferidas decisões favoráveis à Companhia na esfera administrativa, sendo que parte dessas decisões ainda estão sujeitas a reexame. Há apenas um caso na esfera judicial que aguarda julgamento da apelação interposta pela Companhia após decisão desfavorável de primeira instância judicial.

A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2021 seja de aproximadamente R\$1,8 bilhão (R\$1,7 bilhão em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS e IPI

ICMS Guerra Fiscal

Ao longo dos anos, a Companhia, e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados com a legalidade da tomada de créditos de ICMS em operações contempladas com incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A Companhia está questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais.

Em agosto de 2020 o STF julgou, pela sistemática de repercussão geral, o RE 628.075 em que foi reconhecida a constitucionalidade da glosa unilateral, pelos Estados de destino, dos créditos de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos por outros Estados da Federação. A decisão também reconheceu que eventual cobrança destes créditos deve preservar os efeitos da convalidação dos incentivos fiscais conforme disposto na Lei Complementar nº 160/2017. Essa decisão não altera a probabilidade de perda dos casos em curso envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$2,0 bilhões (R\$2,0 bilhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como de perda possível.

ICMS - ST Gatilho

A Companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, receberam autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns Estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, as empresas estão questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$8,4 bilhões (R\$8,6 bilhões em 31 de dezembro de 2020) e, em virtude de sua classificação de perda, não foram feitas provisões no período.

ICMS - PRODEPE

Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE" por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável recon

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

IPI Suspensão

No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil para cobrança do IPI supostamente devido na remessa de produtos acabados entre unidades da Companhia. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2020, a Ambev obteve decisão final parcialmente favorável na esfera administrativa em um dos processos em curso. Na esfera judicial, os casos ainda estão em estágio inicial.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$1,6 bilhão (R\$1,6 bilhão em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS - AM

Em 2016 a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. A Arosuco está discutindo a matéria no tribunal administrativo do Estado. Após decisão de primeira instância desfavorável à Arosuco, foram apresentados recursos, que aguardam julgamento. A Arosuco estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$521,3 milhões (R\$509,8 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS - ZFM

Em 2018 e 2021, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pelas Secretarias de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e São Paulo para cobrança de supostas diferenças de ICMS decorrente da glosa de crédito oriundo de operações realizadas com fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos dos Estados. A Companhia estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, é de aproximadamente R\$663,3 milhões (R\$66,7 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

ICMS - FAIN

Nos últimos anos, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba para cobrança de ICMS relacionada ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba - "FAIN". As autuações decorrem de controvérsia acerca da transferência do incentivo fiscal da sucedida Companhia de Bebidas das Américas à sua sucessora Ambev S.A., bem como de questões metodológicas acerca do cálculo do benefício. A Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais.

A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2021, seja de aproximadamente R\$540,5 milhões (R\$523 milhões em 31 de dezembro de 2020), classificados como perda possível.

Contingências ativas

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") decidiu, no julgamento do RE 574.706/PR, com repercussão geral reconhecida, pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Referida decisão foi ratificada pelo STF em maio de 2021 no julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional, oportunidade em que a Corte confirmou que o ICMS a ser excluído das bases de cálculo do PIS e da COFINS é aquele destacado em Nota Fiscal e modulou a decisão para produção de efeitos do julgado tão somente após 15 março de 2017 (data do julgamento do RE 574.706/PR), ressalvados os contribuintes que possuíam ações judiciais e administrativas protocoladas até esta data (que é o caso da Companhia e suas controladas).

A Companhia e suas controladas possuem diversas ações judiciais discutindo o tema, algumas com decisões favoráveis já transitadas em julgado. Em virtude de o regime tributário federal aplicável ao setor de bebidas ter sofrido mudanças ao longo do tempo, a Companhia e suas controladas possuem ações judiciais que se referem a três períodos distintos, a saber: (i) 1990 a 2009, (ii) 2009 a 2015 (quando estava em vigor o chamado "REFRI" - Regime Especial de Bebidas Frias, de acordo com o artigo 58-J da Lei nº 10.833, de 2003) e (iii) de 2015 até o presente momento (também conhecido como "Novo Modelo de Tributação").

Em 2018, 2019, 2020 e 2021, a Companhia e suas controladas reconheceram, em conformidade com o IAS 37/CPC 25, créditos tributários a recuperar no valor de R\$7,3 bilhões, dos quais: (i) R\$0,5 bilhão se refere ao período de 1990 a 2009 e R\$2,4 bilhões se referem ao Novo Modelo de Tributação, sendo R\$1,7 bilhão referente ao período de 05/2015 a 02/2017 e R\$0,7 bilhão referente ao período de 03/2017 a 12/2018, até a implementação do provimento jurisdicional que autorizou a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS diretamente em suas operações correntes, e cujo direito de recuperação é resguardado após a definição da modulação de efeitos pelo STF no contexto do julgamento do RE 574.706/PR e (ii) R\$4,4 bilhões se referem aos períodos de 2009 a 2015, período em que vigente o regime REFRI. Parte destes valores já foi objeto de compensação, conforme o trânsito em julgado das respectivas medidas judiciais e os trâmites administrativos necessários. Os valores ainda não compensados permanecem no ativo (vide Nota 9 - *Impostos a Recuperar*).

O reconhecimento contábil dos valores retro mencionados ocorreu tendo em vista (i) a realização do ganho ser praticamente certa de acordo com a decisão proferida pelo STF no RE 574.706/PR e as circunstâncias específicas de cada caso concreto e (ii) o valor poder ser estimado com razoável segurança, mediante o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito. No caso do crédito tributário relativo ao período em que vigente o regime "REFRI", o valor pôde ser estimado com razoável segurança após a realização de um conjunto de análises (com a assessoria de consultores externos), que permitiram: (i) mensurar o ICMS total contido nos preços de venda a varejo que foram pesquisados pelo Governo Federal à época e que impactaram os preços de referência utilizados como base de cálculo do PIS e da COFINS; e (ii) calcular a exclusão desse ICMS total das bases de cálculo do PIS e da COFINS nas operações praticadas pela Companhia e suas controladas.

Em adição, com relação às operações após a implementação das decisões judiciais individuais autorizando a exclusão do ICMS das bases do PIS e da COFINS, a Companhia e suas controladas tiveram um impacto positivo de R\$3,7 bilhões, líquidos dos valores mencionados acima, que representaram uma redução na despesa de PIS e COFINS.

Para questões adicionais referentes aos períodos do Novo Modelo de Tributação, a Companhia estima que o ativo contingente corresponda a aproximadamente R\$0,2 bilhão, o qual será reconhecido na medida em que a realização do ganho for praticamente certa diante das circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto e mediante a confirmação da estimativa dos valores com razoável segurança.

32. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor justo de opção concedida	77,0	238,4	77,0	238,4
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	59,1	232,5
Aquisição de investimento a pagar	-	-	-	21,1
Provisão de tributos	-	-	-	108,9

33. PARTES RELACIONADAS

Políticas e práticas quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável. Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas (exceto aquelas integralmente controladas), administradores e/ou acionistas (incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia). Ao Comitê de Partes Relacionadas e Condutas Concorrentiais da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração da Companhia em assuntos relativos a tais transações com partes relacionadas.

É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contraria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.

Transações com membros da Administração

Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis ao Plano de Opções de Compra de Ações e ao Plano de Remuneração Baseado em Ações, conforme mencionado na Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*. O total das despesas com Administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	68,3	26,0	68,3	26,0
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	65,3	42,7	65,3	42,7
Total da remuneração do pessoal-chave da Administração	133,6	68,7	133,6	68,7

⁽ⁱ⁾ Corresponde substancialmente a honorários de Administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).
⁽ⁱⁱ⁾ Corresponde ao custo das opções, ações diferidas e ações restritas concedidas aos Administradores. Nos valores acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal.

Exceto pela remuneração descrita acima e pelos programas de opções de compra de ações e de remuneração baseado em ações (Nota 28 - *Pagamento baseado em ações*), a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Transações com os acionistas da Companhia

a) Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrener é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social total. A Fundação Zerrener é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev, no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrener eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrener mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas.

A Ambev reconhece os ativos (despesas antecipadas) desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

As despesas incorridas pela Fundação Zerrener com terceiros, no Brasil, para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia totalizaram R\$279,4 (R\$237,8 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$247,2 e R\$32,2 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente (R\$209,8 e R\$28,0 em 31 de dezembro de 2020 relacionados aos funcionários ativos e inativos respectivamente).

b) Arrendamento de ativos

A Companhia possui um contrato de arrendamento de ativos com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$24,0, com vigência de quatro anos e pagamentos mensais, até 31 de dezembro de 2022.

c) Aluguel do imóvel da Administração Central da Companhia

A Companhia possui contrato de locação de dois conjuntos comerciais com a Fundação Zerrener, no valor total de R\$5,3, com vigência de cinco anos e pagamentos mensais, até 31 de janeiro de 2025.

d) Licenciamentos

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc., para produzir, engarrafar, vender e distribuir os produtos Budweiser no Brasil, no Canadá e na Argentina, e acordos de venda e distribuição de produtos Budweiser na Guatemala, na República Dominicana, no Paraguai, em El Salvador, na Nicarágua, no Uruguai, no Chile, no Panamá, na Costa Rica e em Porto Rico. Além disso, a Companhia produz e distribui produtos Stella Artois sob licença da AB InBev no Brasil e no Canadá e, por meio de licença concedida à AB InBev, esta distribui produtos Brahma nos Estados Unidos e em diversos países, tais como Reino Unido, Espanha, Suécia, Finlândia e Grécia. Neste contexto, a Companhia registrou R\$17,0 (R\$2,1 em 31 de dezembro de 2020) e R\$819,0 (R\$644,0 em 31 de dezembro de 2020) como receita e despesa de licenciamento nas informações consolidadas, respectivamente.

A Companhia possui também contrato de licenciamento com o Grupo Modelo, uma subsidiária da AB InBev, para importar, promover e revender produtos *Corona* (*Corona Extra*, *Corona Light*, *Corona*, *Pacífico* e *Modelo*) em países da América Latina e no Canadá.

Transações com partes relacionadas

	Controladora			
	2021			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar
Circulante				
AB USA	1,9	(10,7)	-	-
Ambev Luxemburgo	-	(1,3)	-	-
Arosuco	175,4	(1.076,2)	-	-
Cervejaria ZX	12,5	(8,7)	0,4	-
CMQ	127,2	(65,8)	-	-
CRBS	1.102,3	(158,6)	-	-
Cympay	-	(65,4)	-	-
Incrível	3,8	(4,4)	-	-
Labatt Brewing	0,1	-	-	(133,2)
Malteria Pampa	3,4	(31,7)	-	-
Outras	176,1	(131,6)	15,1	(19,7)
	1.602,7	(1.554,4)	15,5	(152,9)

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

www.ambev.com.br

	Controladora				
	2020				
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio
AB USA	1,5	(8,0)	-	-	-
Ambev Luxemburgo	-	-	-	(898,5)	-
Arosuco	145,0	(752,7)	-	-	-
Cervejaria ZX	10,4	(10,9)	0,4	-	-
CRBS	1.459,7	(97,3)	-	-	-
Cympay	-	(45,0)	-	-	-
Labatt Brewing	2,0	-	-	(124,2)	-
Malteria Pampa	2,4	(53,6)	-	-	-
Malteria Uruguay	-	(4,9)	-	-	-
Monthiers	-	(9,7)	-	(4,8)	-
Outras	175,4	(78,4)	-	-	(746,2)
	1.796,4	(1.060,5)	0,4	(1.027,5)	(746,2)

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	Controladora			
	2020			
	Mútuo a receber	Contas a pagar	Mútuo a receber	Contas a pagar
Arosuco	-	(2.214,3)	-	(2.214,3)
Labatt Brewing	-	(18.659,3)	-	(17.332,6)
Monthiers	-	(0,5)	-	(13,5)
Incrível	11,0	-	11,0	-
Cervejaria ZX	43,3	-	43,3	-
Zé Soluções	2,5	-	-	-
	56,8	(20.874,1)	54,3	(19.560,4)

	Consolidado			
	2021			
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Dividendos a receber
AB África	5,3	-	-	-
AB InBev	45,4	-	(167,0)	-
AB Package	-	-	(63,1)	-
AB Services	32,7	-	(3,0)	-
AB USA	34,5	11,5	(330,7)	-
Bavaria	3,6	-	(11,0)	-
Cerveceria Modelo	6,1	-	(548,4)	-
Cervecerías Peruanas	3,4	-	(16,6)	-
Inbev	0,8	26,4	(26,4)	-
Panamá Holding	4,6	-	-	1,5
Outras	16,6	1,1	(44,0)	-
	153,0	39,0	(1.210,2)	1,5

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	Consolidado				
	2020				
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Dividendos a pagar	Dividendos a receber
AB África	4,6	-	-	-	-
AB InBev	28,6	-	(84,6)	-	-
AB Package	-	-	(321,0)	-	-
AB Services	11,3	-	(1,8)	-	-
AB USA	36,7	6,2	(250,1)	-	-
Ambrew	-	-	-	(98,7)	-
Bavaria	1,0	-	(11,3)	-	-
Cerveceria Modelo	5,1	-	(400,0)	-	-
Cervecerías Peruanas	1,4	-	(10,9)	-	-
Inbev	0,9	79,1	(19,4)	-	-
ITW International	-	-	-	(647,5)	-
Panamá Holding	18,8	-	(13,1)	-	1,6
Outras	10,2	1,1	(44,9)	-	-
	118,6	86,4	(1.157,1)	(746,2)	1,6

⁽ⁱ⁾ O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

	Consolidado		
	2020		
	Contas a pagar	Contas a pagar	Contas a pagar
ITW International	(407,9)	(420,5)	(420,5)
	(407,9)	(420,5)	(420,5)

Os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, as quais foram reconhecidas no resultado:

	Controladora				
	2021				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	0,7	-	(109,9)	(1,4)	0,7
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(121,1)
Arosuco	183,4	226,9	(2.233,2)	-	1,6
Cerveceria Paraguaya	110,7	-	(37,6)	-	2,8
CMQ	42,8	-	(278,9)	-	5,3
CND	-	-	-	-	3,2
CRBS	7.775,6	-	(4,2)	-	2,0
Cympay	-	-	(393,8)	-	(0,6)
MenuponCom	9,3	-	-	(0,5)	-
Labatt Brewing	-	-	-	-	(760,3)
Malteria Pampa	-	(0,1)	(671,8)	-	1,5
Malteria Uruguay	-	-	(166,1)	-	0,6
Outras	172,9	12,1	(264,2)	(0,1)	28,6
	8.295,4	360,5	(4.159,7)	(2,0)	(835,7)

	Controladora				
	2020				
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a receber	Compra de produtos e outros	Prestação de serviço/ reembolso de despesa e outros a pagar	Resultado financeiro
AB InBev	0,3	(0,2)	(82,9)	0,7	3,3
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	(144,0)
Arosuco	104,9	125,6	(1.490,8)	-	1,0
Bucanero	-	-	-	-	6,2
Cerveceria Paraguaya	68,1	(0,9)	(22,7)	-	3,5
CMQ	40,0	(0,3)	(211,1)	-	11,9
CND	-	-	-	-	(29,5)
CRBS	7.546,3	64,8	(2,2)	-	0,3
Cympay	-	-	(322,8)	-	(1,4)
MenuponCom	-	-	-	1,0	-
Incrível	0,1	1,7	(93,1)	-	1,6
Labatt Brewing	-	-	-	-	(812,6)
Malteria Pampa	5,1	-	(470,3)	-	1,5
Malteria Uruguay	-	-	(253,0)	-	(3,4)
Outras	59,1	8,4	(127,0)	(0,4)	(3,4)
	7.823,9	199,1	(3.075,		

ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS | Em 31 de dezembro de 2021** (em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH ("AB Procurement")
Ambev Luxembourg S.A.R.L. ("Ambev Luxemburgo")
Ambrew S.A.R.L. ("Ambrew")
Anheuser-Busch Inbev Africa (Pty) Ltd. ("AB Africa")
Anheuser-Busch InBev N.V. ("AB InBev")
Anheuser-Busch Inbev Services LLC ("AB Services")
Anheuser-Busch Inbev USA LLC ("AB USA")
Anheuser-Busch Packaging Group Inc. ("AB Package")
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. ("Arosuco")
Bavaria S.A. ("Bavaria")
Cerveceria Bucanero S.A. ("Bucanero")
Cerveceria Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. ("Cerveceria Modelo")
Cerveceria Nacional S de RL ("Panamá Holding")
Cerveceria Nacional Dominicana, S.A. ("CND")
Cerveceria Paraguaya S.A. ("Cerveceria Paraguaya")
Cerveceria y Malteria Payssandú S.A. ("Cypay")
Cerveceria y Malteria Quilmes S.A.I.C.A. y G. ("CMQ")
Cervejaria ZX S.A. ("Cervejaria ZX")
Compañia Cervecera Ambev Peru S.A.C. ("Ambev Peru")
CRBS S.A. ("CRBS")
GCC Services India Private Ltd. ("GCC India")
Inbev Belgium N.V. ("Inbev")
Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. ("Incrível")
Interbrew International B.V. ("ITW International")
Labatt Brewing Company Limited ("Labatt Brewing")
Malteria Pampa S.A. ("Malteria Pampa")
Malteria Uruguay S.A. ("Malteria Uruguay")
MenupontoCom Comércio Eletrônico e Representação S.A. ("MenupontoCom")
Monthiers S.A. ("Monthiers")
Oriental Brewery Co. Ltd. ("Oriental Brewery")
Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. ("Cervecerías Peruanas")
Zé Soluções Tecnologias De Comércio De Bebidas Ltda. ("Zé Soluções")

CRBS S.A. Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP CERVEJARIA Z.X. S.A. Avenida Antartica, 1.891, Fazenda Santa Úrsula - Jaguariúna - SP	100,00%
Canadá LABATT BREWING COMPANY LTD. 207 Queens Quay West, Suite 299 - M5J 1A7 - Toronto	100,00%
Chile CERVECERIA CHILE S.A. Avenida Presidente Eduardo Frei Montalva, 9.600 - Quilicura - Santiago	100,00%
Espanha JALUA SPAIN, S.L. Juan Vara Terán, 14 - Ilhas Canárias	100,00%
Luxemburgo AMBEV LUXEMBOURG 15 Breedewues - L1259 - Senningerberg	100,00%
Guatemala INDUSTRIAS DEL ATLÁNTICO S.A. KM 122 Ruta al Atlantico - C.P 01012 Teculután, Zacapa	50,00%
Paraguai CERVECERIA PARAGUAYA S.A. Ruta Villeta KM 30 - Ypané	87,36%
República Dominicana CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A. Autopista 30 de Mayo, Distrito Nacional	85,00%
Uruguai LINTHAL S.A. 25 de Mayo 444, office 401 - Montevideo	100,00%
CERVECERIA Y MALTERIA PAYSANDU S.A. Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo	99,93%
MONTHIERS S.A. Cesar Cortinas, 2.037 - Montevideo	100,00%
Panamá CERVECERÍA NACIONAL S. DE R.L. Avenida Ricardo J. Alfaro, Corregimiento de Betania, Distrito de Panamá	100,00%

34. COMPANHIAS DO GRUPO

Abaixo estão listadas as principais companhias e o percentual de participação do grupo:

Argentina CERVECERIA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G Charcas 5160 - Buenos Aires	99,75%
Bolívia CERVECERIA BOLIVIANA NACIONAL S.A. Avenida Montes 400 e Rua Chuquisaca 121 - La Paz	85,40%
Brasil AMBEV S.A. Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 3º andar, Itaim Bibi, São Paulo AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA. Avenida Buriú, 5.385, Distrito Industrial - Manaus - AM	Companhia Consolidadora 100,00%

DIRETORIA

Jean Jereissati Neto - Diretor Presidente Executivo	Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing	Ricardo Gonçalves Melo - Diretor Vice-Presidente de Relações Corporativas
Lucas Machado Lira - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados	Ricardo Moraes Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial	Rodrigo Figueiredo de Souza - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação
Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial	Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística	Pablo Firpo - Diretor Vice-Presidente de Bebidas Não Alcoólicas
Daniel Cocenzo - Diretor Vice-Presidente de Vendas	Letícia Rudge Barbosa Kina - Diretora Vice-Presidente Jurídica e de Compliance	Daniela Gavranic Cachich - Diretora Vice-Presidente de Future Beverages

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Michel Dimitrios Doukeris Co-presidente Fernando Tennenbaum Fabio Colletti Barbosa Lia Machado de Matos Milton Seligman Nelson José Jamel	Victório Carlos De Marchi Co-presidente Roberto Moses Thompson Motta Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano Claudia Quintella Woods Marcos de Barros Lisboa Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa
Flavio de Souza Trindade - Contador - 1SP312713/O-1	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. ("Companhia"), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

José Ronaldo Vilela Rezende	Vinício Balbino Bouhi	Elidie Palma Bifano
------------------------------------	------------------------------	----------------------------

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Ambev S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Ambev S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Ambev S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ambev S.A. e da Ambev S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS (Notas explicativas 4 e 31)	

A Companhia e suas controladas reconheceram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1,7 bilhão (antes dos efeitos fiscais) referente a crédito tributário decorrente da exclusão do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços ("ICMS") da base de cálculo do imposto do programa de integração social ("PIS") e da contribuição para financiamento da seguridade social ("COFINS"), para o período de 2015 até o presente momento (Novo Modelo de Tributação), conforme modulação de efeitos pelo STF no contexto do julgamento do RE 574.706/PR.

A apuração desse crédito tributário pela diretoria, envolveu um conjunto de análises que incluíram (i) a realização do ganho ser praticamente certa de acordo com a decisão proferida pelo STF no RE 574.706/PR e as circunstâncias específicas de cada caso concreto e (ii) o valor poder ser estimado com razoável segurança, mediante o levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito.

Consideramos esse tema foco da nossa auditoria, dada a relevância dos créditos fiscais, o exercício de julgamento significativo pela diretoria e a complexidade no levantamento dos respectivos documentos e quantificação do indébito realizados pela Companhia, com a assessoria de seus consultores externos, no que se refere a mensuração do crédito tributário reconhecido.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela diretoria para mensuração e reconhecimento dos créditos tributários, em conjunto com nossos especialistas.

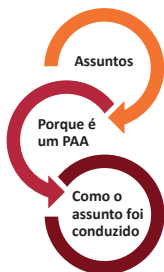
Também avaliamos a razoabilidade das estimativas e critérios adotados pela diretoria para determinar o valor e o momento do reconhecimento dos créditos.

Adicionalmente, com auxílio de nossos especialistas em assuntos tributários e legais, efetuamos leitura das opiniões legais dos consultores externos da Companhia e avaliamos os aspectos legais e tributários da legislação brasileira para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia e suas controladas sobre o momento correto do reconhecimento e a mensuração do ativo. Confrontamos o total registrado nas demonstrações contábeis, segregado entre crédito tributário e atualização monetária, com as respectivas memórias de cálculo e, em base amostral, inspecionamos documentação que suportou os cálculos preparados pela diretoria.

Testamos a acuracidade matemática dos cálculos dos créditos e da atualização monetária, a fim de verificar a correta apuração dos valores.

E também avaliamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.

Consideramos que os critérios, dados e premissas adotados pela diretoria para a determinação dos créditos tributários, atualização monetária e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com os dados e informações recebidas ao longo da nossa auditoria.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Passivos contingentes tributários (Nota explicativa 31)	

A Companhia e suas controladas são parte de processos de natureza tributária classificados como perda possível, os quais não são provisionados no passivo, mas devem ser divulgados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2021, os montantes de R\$ 74.901.702 mil (Companhia) e R\$ 80.838.652 mil (Consolidado) atendiam tais critérios e estão sendo divulgados em nota explicativa. A determinação da probabilidade de êxito nos processos em andamento envolve incertezas, incluindo, mas não limitado a decisões das cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a diretoria não pode, no estágio atual, estimar o momento exato de resolução desses temas.

Consideramos esse tema foco de auditoria, dada a relevância dos valores envolvidos e a subjetividade no processo de classificação de riscos de perda.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



ambev

Ambev S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 07.526.557/0001-00
NIRE 35.300.368.941



★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.



PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022

Alessandro Marchesino de Oliveira
Contador - CRC 1SP265450/O-8

www.ambev.com.br

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 24/02/2022 20:30
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash:1645659001801eeb479de6498c876d1f49e8171348